



ÍNDICE

EDITAL

- 1 PREÂMBULO
- 2 DO OBJETO DA LICITAÇÃO
- 3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 4 DO CREDENCIAMENTO
- 5 DA PROPOSTA DE PREÇOS
- 6 DA HABILITAÇÃO
- 6.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA
- 6.2.2 DA REGULARIDADE FISCAL
- 6.2.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
- 6.2.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA
- 7 DO PROCEDIMENTO
- 8 DO DIREITO DE PETIÇÃO
- 9 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 10 DA ATA E VALIDAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS
- 11 DA ASSINATURA DO CONTRATO
- 12 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 14 DA FISCALIZAÇÃO
- 15 DO PAGAMENTO
- 16 DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DO REAJUSTE
- 17 DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES À LEI COMPLEMENTAR 123/2006
- 18 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
- 19 DA PUBLICIDADE
- 20 DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL
- 21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 1 DO OBJETO
- 2 DA FUNDAMENTAÇÃO
- 3 DA JUSTIFICATIVA
- 4 DA REDE DE LOJAS, AUTOPEÇAS, OFICINAS E POSTOS CREDENCIADOS
- 5 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS
- 6 DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA PREVENTIVA E CORRETIVA
- 7 DA EXECUÇÃO
- 8 DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA
- 9 DA MANUTENÇÃO
- 10 DO RECEBIMENTO DO OBJETO
- 11 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
- 11.1 DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 12 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS
- 13 DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 14 DO PRAZO DE EXECUÇÃO
- 15 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 16 DO CANCELAMENTO CONTRATUAL
- 17 DA RESCISÃO CONTRATUAL
- 18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 19 DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO



- 20 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES
- 21 DA ADEÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPAM DO REGISTRO DE PREÇOS
- 22 DO PAGAMENTO
- 23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....06
- ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
- ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO
- ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO
- ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO
- ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO
- ANEXO VII - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. CLAUSULA I – DO OBJETO
 2. CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS
 3. CLAUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 4. CLAUSULA IV – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 5. CLAUSULA V – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (PREÇO) E DOS FORNECEDORES
 6. CLAUSULA VI – DOS PEDIDOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO
 7. CLAUSULA VII – DA FISCALIZAÇÃO
 8. CLAUSULA VIII – DO PAGAMENTO
 9. CLAUSULA IX – DAS PENALIDADES
 10. CLAUSULA X – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO
 11. CLAUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 12. CLAUSULA XII – DO RECEBIMENTO DO OBJETO
 13. CLAUSULA XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
- ANEXO IX- MODELO DE DECLARAÇÃO
- ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DA OPÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA
- ANEXO XI - MODELO DE DEMONSTRATIVO DA BOA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
- ANEXO XII – MINUTA DO CONTRATO
- CLAUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
- CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
- CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
- CLAUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
- CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO) E DA FORMA DE PAGAMENTO
- CLAUSULA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
- CLAUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE DA CONTRATADA
- CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO
- CLAUSULA DÉCIMA - DA CLAUSULA PENAL
- CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA
- CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: nº 038/2018.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 003/2018.

TIPO: Menor Preço – Item

NATUREZA: Registro de Preços

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) Aline Patrícia da Silveira Leal e Equipe de Apoio, realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, tipo **menor preço por item APURADO PELA MENOR TAXA PERCENTUAL DE ADMINISTRAÇÃO**, sendo regido pela Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93.

1.2. Esta licitação tem como fundamento a Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e visa principalmente o disposto no Art. 3º: “... *garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos*”.

1.3. Local, data de Entrega da documentação e Sessão de Pregão: Prefeitura Municipal de Córrego Fundo – Departamento de Compras e Licitações – Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Centro, Córrego Fundo/MG, Telefone (37) 3322-9144, **às 13:00 horas do dia 27/09/2018**, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente naquela data.

1.4. Integram o presente edital:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Carta de Credenciamento
ANEXO III	Modelo de Declaração – Inciso V, Art. 27 da Lei 8.666/93
ANEXO IV	Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação
ANEXO V	Declaração de Enquadramento como ME e/ou EPP
ANEXO VI	Declaração de Cumprimento dos Requisitos do Edital
ANEXO VII	Minuta da Ata de registro de Preços
ANEXO VIII	Modelo da Proposta
ANEXO IX	Declaração não Possuir Servidor Público
ANEXO X	Declaração da opção da qualificação econômica e financeira
ANEXO XI	Declaração dos Índices
ANEXO XII	Minuta do Contrato

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 Constitui objeto da presente licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de menor preço unitário, para eventual e futura contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

veículos e máquinas do Município de Córrego Fundo/MG, com fornecimento de peças genuínas e/ou originais, suprimentos, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, serviços de guincho 24hs, alinhamento e balanceamento, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços, em conformidade com o Termo de Referência, visando a formação de registro de Preços, compreendendo:

- 2.1.1 Serviços de manutenção da frota em oficinas credenciadas, compreendendo no mínimo: troca de óleo, troca de filtro, serviço de borracharia, lavagem, lubrificação geral, mecânica em geral, elétrica, funilaria, lanternagem, pintura, retífica, capotaria, serviço de guincho 24h, alinhamento e balanceamento, conserto e reparo de mangueiras hidráulicas.
- 2.1.2 Fornecimento de peças, acessórios e suprimentos por lojas e estabelecimentos credenciados, compreendendo no mínimo: fornecimento de peças originais e/ou genuínas, acessórios, suprimentos, pneus, filtros, óleos e lubrificantes.
- 2.1.3 Serviços de abastecimento da frota em postos de combustíveis credenciados em todo o território nacional por meio de sistema eletrônico com a utilização de cartões magnéticos ou micro processado (chip) compreendendo: todos os veículos, máquinas, ferramentas elétricas, motocicletas e outros equipamentos movidos à gasolina, diesel comum, diesel S10 e etanol com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos.
- 2.1.4 Registro informatizado dos dados de manutenções disponíveis para consulta via WEB e em tempo real;
- 2.1.5 Fornecimento de dados e relatórios que possibilitem a administração e o controle da frota de veículos;
- 2.1.6 Disponibilização de equipe especializada para a avaliação de cada orçamento.

2.2 Fica estimado o valor total da presente licitação em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por um período de 12 (doze) meses.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame quaisquer pessoas jurídicas interessadas, **cujo objeto social da empresa abranja o desta licitação** e que comprovem, na fase de habilitação, possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital.

3.2. A participação na licitação importa total submissão dos proponentes às condições deste edital.

3.3. Cada licitante apresentar-se-á com apenas 01 (um) representante legal, o qual somente poderá representar uma empresa, devidamente munido de credencial, que será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório.

3.4. Estão impedidos de participar direta ou indiretamente deste certame:

3.2.1 As empresas:

- a) Estrangeiras, que não funcionem no país;
- b) Que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) Que tenham sido declaradas impedidas ou inidôneas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- d) Suspensas de contratar com o Município de Córrego Fundo, com o Estado de Minas Gerais ou com a União;



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;

3.2.2 Pessoas físicas; e

3.2.3 Servidor, dirigente ou responsável pela licitação no âmbito do Município de Córrego Fundo/MG.

3.3 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis;

3.5. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegações de desconhecimento de subitens, ou reclamações quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e demais documentos anexos.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, hora e local designados no edital, o interessado ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto ao (a) Pregoeiro (a), quando serão entregues os envelopes com a documentação exigida para o certame.

4.2. A documentação de credenciamento deverá ser apresentada preferencialmente lacrada, trazendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

PROPONENTE:

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

4.3 Deverão ser apresentados OBRIGATORIAMENTE os seguintes documentos para **pessoa jurídica**:

4.3.1 Declaração de cumprimento dos requisitos do Edital **em acordo com a Lei 10.520/02, art. 4º inc. VII** (Anexo VI);

4.3.2 Cédula de identidade ou equivalente do representante da licitante presente à sessão.

4.3.3 Para identificação do **representante**, deverá ser apresentado pelo menos um dos seguintes documentos:

4.3.3.1 Procuração particular, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO do representante legal; ou

4.3.3.2 Carta de credenciamento, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO do representante legal; ou

4.3.3.3 Procuração por instrumento público, estabelecendo poderes para representar o licitante expressamente quanto à formulação de propostas e a praticar todos os demais atos inerentes ao pregão;

4.3.3.4 **O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo II.**



4.4 Para identificação da **empresa**, deverá ser apresentado, **OBRIGATORIAMENTE**, pelo menos um dos seguintes documentos:

- 4.4.1 Registro comercial, em caso de empresa individual; ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- 4.4.2 Quando a licitante for representada por sócio ou pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, este deverá comprovar esta capacidade jurídica, não sendo necessário apresentar os documentos do item “4.3.3”.

4.5 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que deseje gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar:

- 4.5.1 Declaração formal, conforme anexo V, sob as penas da Lei acompanhada de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, conforme o caso, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, datada no máximo de 60 dias, ou,
- 4.5.2 Declaração formal, conforme anexo V, sob as penas da Lei acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, datada no máximo de 60 dias, ou,
- 4.5.3 Declaração formal, conforme anexo V, sob as penas da Lei acompanhada da Declaração de microempreendedor individual, datada no máximo de 60 dias, ou ainda;
- 4.5.4 Declaração formal, conforme anexo V, sob as penas da Lei acompanhada do documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, datada no máximo de 60 dias.

4.6 A não apresentação dos documentos para credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se na sessão de lance, contudo, poderá propor recurso contra as decisões tomadas na sessão presencial do Pregão, nos termos do inciso XVIII do art. 4º da Lei 10.520/02.

4.7 Na fase de credenciamento, a apresentação do Registro comercial, Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social se apresenta apenas como documento legal hábil a certificar que o representante que se apresenta no certame está apto a representar a licitante no certame licitatório em especial, à apresentação de lances verbais, a interposição de recursos e outros. A conferência da compatibilidade entre o objeto social da empresa licitante e o objeto do certame somente será realizado na fase de habilitação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A proposta de preço deverá ser apresentada em envelope lacrado e rubricado, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:



ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO/MG

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

5.2 As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, e entregues da seguinte forma:

- 5.2.1 Impressa em uma via**, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.
- 5.2.2 A proposta comercial deverá ser apresentada em forma de percentual correspondente à Taxa de Administração.**
- 5.2.3 Será permitida após a vírgula 02 (duas) casas decimais** admitida taxa de administração **em percentual negativo**, que significará desconto ofertado sobre o valor das aquisições e contratações.
- 5.2.4 Não serão consideradas as propostas apresentadas por e-mail, telex, fac-símile e telegrama, em nenhuma situação.**
- 5.2.5 As taxas apresentadas deverão estar consignados salários, fretes, tributos, contribuições, transporte, mão de obra, materiais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis ao perfeito atendimento do objeto deste certame.**
- 5.2.6 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma taxa de administração em percentual, para cada item do objeto desta licitação.**

5.3 A Proposta de Preços deverá conter:

- 5.3.1 Nome ou razão social, endereço, telefone, fax, e-mail, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; nome e número do Banco, Agência, localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto.**
- 5.3.2 O número do CNPJ deve ser o do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal eletrônica referente ao objeto licitado, indicação essa, indispensável para emissão do termo contratual/instrumento equivalente, empenho da despesa e realização do pagamento.**
- 5.3.3 Deverão estar inclusos na taxa os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. A omissão de qualquer despesa necessária ao fornecimento do objeto será interpretada como não existente ou inclusa nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.**
- 5.3.4 A descrição completa, detalhada e individualizada do (s) item (s) cotado (s) seguindo preferencialmente o modelo constante deste edital, datada, impressa e assinada, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura,**



contendo informações e declarações conforme modelo constante do **Anexo I**, deste edital.

- 5.3.5** A taxa percentual, do(s) item (s) cotado(s):
- 5.3.5.1** Somente serão aceitas propostas cotadas com no máximo 02 (duas) casas decimais, sob pena de desclassificação.
 - 5.3.5.2** Na elaboração da proposta de preço deverá ser observado o preço e a taxa administrativa de referência do item, constante do Termo de Referência, extraído de pesquisa de preços de mercado, não devendo a taxa e os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.
- 5.3.6** Validade da proposta, não podendo ser inferior a **60 (sessenta)** dias consecutivos, contados da data de abertura da mesma.
- 5.3.6.1** Se, por motivo de força maior, a adjudicação/homologação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Município de Córrego Fundo.
- 5.3.7** Caso este prazo não esteja expressamente indicado na Proposta de Preços, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 5.3.8** Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para assinatura do contrato/instrumento equivalente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.
- 5.3.9** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do Município de Córrego Fundo/MG.
- 5.3.10** A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento das licitantes quanto à respectiva proposta.

5.4 A apresentação da Proposta de Preços na licitação será considerada como evidência de que a licitante examinou completamente o edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve do MUNICÍPIO informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso, e considera que o edital desta licitação lhe permitiu preparar a proposta de preços de maneira completa e totalmente satisfatória.

5.5 Cada licitante só poderá apresentar uma proposta escrita. Verificado que qualquer licitante, por intermédio de interposta pessoa, física ou jurídica, apresentou mais de uma proposta, todas serão excluídas, sujeitando-se, as licitantes eliminadas, às sanções cabíveis.

5.6 Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

5.7 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações dos produtos ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, nem serão admitidas alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços, como justificativas de solicitação de quaisquer acréscimos, de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato/instrumento equivalente, de indenizações ou ressarcimentos de qualquer natureza.



5.8 Na hipótese de discordância entre a taxa apresentada, a cotação indicada por extenso prevalecerá sobre a numérica.

5.9 A cotação apresentada e levada em conta, para efeito de julgamento, será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

5.10 Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que não estejam ressalvados.

5.11 Dos critérios de julgamento e aceitabilidade:

5.11.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PERCENTUAL, CONFIGURADO PELA MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, incidente sobre o valor à vista das manutenções, indicado nos orçamentos das oficinas, lojas e estabelecimentos autorizados/ credenciados, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.11.2 Será admitida taxa de administração de zero ou negativa, que significará desconto ofertado sobre o valor das aquisições e contratações.

5.11.3 Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**;

5.11.4 O (a) Pregoeiro (a) não aceitará proposta com percentuais excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerada aquela que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprobatória de que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

5.11.5 O preço unitário, subtotal e total deverá ser expresso em percentuais com até 02 (duas) casas decimais, sob pena de serem arredondados para cima.

5.11.6 O percentual apresentado deve refletir os de mercado e compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, fretes, seguros e em especial, a taxa de manutenção, etc.

5.11.7 Não serão aceitas propostas que ofereçam vantagens baseadas nas ofertas dos demais concorrentes, as excessivas ou as inexequíveis.

5.11.8 **O percentual máximo a ser pago pela taxa de administração não será superior a 1,00% (um por cento) e será o percentual máximo para o objeto deste certame e será aferido após finalizada a fase de lances ou negociação.**

5.11.9 Na hipótese da licitante apresentar proposta com percentual superior ao definido no Termo de Referência, será questionado sobre eventual erro quando da elaboração da proposta, oportunidade em que poderá adequar a proposta ao teto máximo do Termo de Referência, apresentando lances na sessão.

5.11.10 O ônus da prova da exequibilidade do preço incumbe ao autor da proposta, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope lacrado e rubricado, trazendo em sua parte externa os seguintes dizeres:



ENVELOPE Nº 03 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:.....

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

6.2 Constar OBRIGATORIAMENTE o seguinte:

6.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei Federal 8.666/93):

6.2.1.1 Registro comercial, em caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando a licitante for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica.

6.2.2 DA REGULARIDADE FISCAL (Art. 29 da Lei federal 8.666/93):

6.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;

6.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

6.2.2.2.1 A prova da inscrição poderá ser feita por documento hábil emitido pelo órgão municipal ou estadual;

6.2.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

6.2.2.3.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

6.2.2.3.2 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

6.2.2.3.3 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente.

6.2.2.4 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

6.2.2.5 Prova de regularidade trabalhista, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa emitida pela Justiça do Trabalho, na forma dos artigos 27, inciso IV, e 29, inciso V, da Lei 8.666/93.

6.2.2.6 Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Habilitação, em conformidade com o Artigo 87 da Lei nº. 8666/93 e alterações (Anexo IV).

6.2.2.7 Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme inciso V, art. 27 da Lei 8.666/9, conforme Anexo III.



6.2.2.8 Declaração de não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo vedado pelo Art. 9º da Lei 8666/93, conforme Anexo X.

6.2.2.9 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que deseje gozar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, na fase de habilitação e que não tenha apresentado a documentação constante do item 4.6 deste edital na fase de credenciamento, deverá apresentá-la. A não apresentação será entendida que a licitante optou por não usar os benefícios da referida Lei Complementar.

6.2.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 da Lei 8.666/93):

6.2.3.1 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

6.2.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA (Art. 31 da Lei 8.666/93):

6.2.4.1 Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

6.2.4.2 Demonstração da boa situação econômica financeira da licitante que poderá se dar de uma das seguintes formas a ser indicada pelo licitante nos termos da **Declaração do anexo X:**

6.2.4.2.1 **Comprovação de capital** mínimo correspondente à 10% (dez por cento) do valor global estimado da contratação que será aferido com a análise do contrato social e alterações, ou documento equivalente; **ou**

6.2.4.2.2 **Comprovação de patrimônio líquido** mínimo correspondente à 10% (dez por cento) do valor global estimado da contratação que será aferido com a apresentação Balanço Patrimonial do exercício já exigível; **ou**

6.2.4.2.3 **Comprovação da boa situação econômica e financeira** com a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente assinado pelo profissional responsável pela contabilidade da empresa licitante, consubstanciada nos seguintes índices¹:

I. Índice de Liquidez Corrente (ILC) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

II. Índice Liquidez Geral (ILG) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

III. Solvência Geral - Igual ou maior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

IV. Endividamento Geral - Igual ou menor a 0,8 calculado pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

¹ Nota Explicativa - Siglas: AC = Ativo Circulante / PC = Passivo Circulante / RLP = Realizável Longo Prazo / ELP = Exigível longo prazo.



AT

6.2.4.2.3.1 Os balanços e os demonstrativos dos Índices acima deverão ser assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, indicando o número e folhas do Livro Diário do qual foram transcritos os balanços.

6.2.4.2.3.2 As S/A's deverão apresentar cópia do balanço publicado e as Limitadas deverão apresentar Balanço do qual conste, expressamente o número de folhas do Diário em que se ache transcrito e certificado por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade.

6.2.4.2.3.3 Os balanços referentes as S/A's deverão estar publicados no Diário Oficial. O descumprimento deste item leva a inabilitação da Licitante.

6.2.4.2.3.4 O MEI – Micro Empreendedor Individual deverá apresentar o balanço e demonstrativos dos índices contábeis com a qualificação econômica e financeira exigida, sob pena de inabilitação, especialmente porque a Lei de Licitações prevalece sobre outras normas, em razão do princípio da especialidade.

6.2.4.2.3.5 Para fins de comprovação dos índices acima a empresa proponente **poderá, para fins de facilitar o trabalho de análise na sessão de licitação, apresentar Demonstrativo da Boa situação Econômico-financeira (conforme Anexo XI) elaborado pelo contador, onde demonstre claramente as operações que foram realizadas para apresentação do resultado, não sendo aceitos somente os balanços para comprovação dos índices.**

7 DO PROCEDIMENTO

7.1 A licitação se procederá em três fases: credenciamento, proposta de preços e habilitação.

7.2 Do credenciamento:

7.1.1 No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento da documentação, devendo ficar comprovado, no momento do credenciamento, que o interessado ou seu representante legal possui os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.1.2 O (a) Pregoeiro (a) poderá prorrogar o início da sessão por até 15 minutos.

7.1.3 Depois de finalizada a fase de credenciamento, nenhum dos envelopes acima citados será recebido pelo (a) Pregoeiro (a) , pelo que se recomenda que todos os interessados em participar da licitação estejam no local designado 15 (quinze) minutos antes do referido horário.

7.1.4 Aberta a sessão, os interessados entregarão ao (à) Pregoeiro (a) os documentos e envelopes de credenciamento, proposta de preços e habilitação.

7.1.5 O (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura do (s) envelope(s) contendo os documentos de credenciamento. Serão consideradas credenciadas e aptas a participar da fase de abertura das propostas de preços as empresas que atenderem ao exigido no edital.

7.1.6 As licitantes não credenciadas ficarão impedidas de se pronunciarem, apresentarem lances, participando apenas como ouvinte das fases seguintes do certame.



7.1.7 O (a) Pregoeiro (a) analisará a proposta de preços da empresa cujo representante não foi credenciado e, tendo sido esta formulada por representante com poderes, será recebida, sem, no entanto poder formular lances.

7.3 Das propostas de preços:

7.3.3 Após a fase de credenciamento, o (a) Pregoeiro (a) passará à abertura dos envelopes de proposta de preços, quando as propostas serão ordenadas em ordem decrescente e o (a) Pregoeiro (a) classificará, para a etapa de lances, o autor da proposta de **“menor preço, apurado pela menor taxa percentual de administração”**, e aqueles que tenham apresentado proposta sem valores superiores em até 10% (dez por cento) deste valor para participarem de lances verbais.

7.3.1.1 Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas neste item, o (a) Pregoeiro (a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), além da primeira colocada, para que seus autores participem dos lances verbais, independentemente dos preços oferecidos nas propostas escritas.

7.3.4 Se duas ou mais propostas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de apresentação dos lances da seguinte forma:

7.3.2.1 Ocorrendo hipótese de igualdade entre propostas de menor taxa por item, sem oferecimento de lances verbais, o (a) Pregoeiro (a) realizará sorteio para efetuar a classificação das propostas, na forma estabelecida no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.5 Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior taxa, e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.3.6 Os lances deverão ser ofertados, sendo aceitas propostas que reduzam a taxa ofertada na proposta escrita. No encerramento dos lances verbais o (a) Pregoeiro (a) verificará se a taxa ofertada está compatível com o estabelecido na taxa de referência, negociando até a aceitabilidade da proposta.

7.3.7 Será concedido ao representante da empresa licitante, quando solicitado ao (à) Pregoeiro (a), tempo para que se consulte a empresa representada acerca da viabilidade do lance verbal, ficando a critério do (a) Pregoeiro (a) a determinação da duração da consulta.

7.3.8 Dos lances ofertados não caberá retratação, cabendo à licitante as penalidades legais.

7.3.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.3.10 A licitante poderá apresentar lance verbal inferior ao seu último valor, mesmo que não supere o do primeiro colocado.

7.3.11 O (a) Pregoeiro (a) poderá formular contraproposta ao licitante que ofertou o lance de menor taxa, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.3.12 Será considerada finalizada a fase de lances quando consultados pelo (a) Pregoeiro (a), nenhum licitante desejar apresentar novo valor, podendo qualquer dos licitantes reduzir o seu próprio preço até esse momento.



- 7.3.13 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 7.3.14 O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 7.3.15 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.3.16 Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor taxa e a taxa estimada da contratação.
- 7.3.17 Havendo uma só licitante, uma única proposta válida ou se nenhuma das licitantes ofertarem lances verbais, desde que a proposta atenda a todos os termos do edital, caberá ao (à) Pregoeiro (a), analisadas as limitações do mercado e outros aspectos pertinentes, decidir entre considerar fracassado ou prosseguir com o certame.
- 7.3.18 **O critério de julgamento será o de MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

7.4 Da fase de habilitação:

- 7.4.3 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação desta, para confirmação das condições habilitatórias.
- 7.4.4 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será considerada habilitada e declarada vencedora e, caso não haja manifestação de intenção de recurso por parte de quaisquer das interessadas, ser-lhe-á adjudicado o objeto do certame pelo (a) Pregoeiro (a).
- 7.4.5 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, atendidas as disposições do subitem anterior.
- 7.4.6 Como condição de validade da Ata de Registro de Preços e do Contrato, se houver, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação durante toda a vigência dos mesmos.
- 7.4.7 Não havendo intenção de interposição de recurso, as empresas poderão retirar os documentos de habilitação após finalizada a sessão.
- 7.4.8 Havendo recurso, o (a) Pregoeiro (a) manterá em seu poder os envelopes das demais licitantes contendo os “Documentos de Habilitação” até a decisão final.
- 7.4.9 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, sendo esta assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e por todos os licitantes presentes.
- 7.4.10 Recomenda-se que todos os representantes das licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito de oferecer lances e recorrer dos atos do (a) Pregoeiro (a) .
- 7.4.11 No caso de desclassificação da proposta de menor taxa ou inabilitação da licitante, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação da licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.



7.4.11.1 Nessa **etapa** o (a) Pregoeiro (a), também, poderá negociar a taxa com a licitante, para que sejam obtidas melhores condições para o Município de Córrego Fundo/MG, sendo o respectiva licitante declarada vencedora.

7.4.12 Caso seja necessário, o (a) Pregoeiro (a) poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

8 DO DIREITO DE PETIÇÃO

8.1 Declarado a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.

8.2 O(s) recurso(s), que não terá (ão) efeito suspensivo, será (ão) dirigido(s) à autoridade superior, Chefe do Poder Executivo, por intermédio do (a) Pregoeiro (a), o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

8.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a presente licitação para determinar a contratação.

8.5 A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) na sessão ou a não entrega das razões do recurso no prazo designado importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) à respectiva vencedora.

8.6 O (a) Pregoeiro (a) poderá no ato de interposição do recurso, exercer juízo de admissibilidade, recebendo ou não o apelo, motivadamente.

9 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 Inexistindo manifestação recursal, o (a) Pregoeiro (a) adjudicará o objeto à licitante vencedora, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

9.2 Decididos os recursos porventura interpostos, constatada a regularidade dos atos procedimentais e emitido parecer jurídico quando for o caso, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

10. DA ATA E VALIDAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologada a presente licitação, o Município de CÓRREGO FUNDO/MG, lavrará documento denominado **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (conforme minuta)**, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, destinado a subsidiar o Quadro Geral de Preços, a qual terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua lavratura.

10.2 A Ata de Registro de Preços será lavrada em 3 (três) vias devendo uma ser juntada ao processo que lhe deu origem, outra levada ao Quadro Geral de Preços e outra para a detentora.

10.3 A Administração convocará regularmente o interessado para assinar a **Ata de Registro de Preços** conforme o caso, após a homologação, dentro do prazo de dois dias úteis, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666/93 e deste edital.



10.4 Poderão ser geradas uma ata para cada fornecedor vencedor e seus respectivos itens, ou, a critério da Administração, será gerada apenas uma ata com todos os fornecedores detentores do registro de preços resultante da presente licitação.

11. DA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 Depois de formalizada a Ata de Registro de Preços deste **Pregão**, as **detentoras** PODERÃO ser convocadas para assinatura do contrato, no prazo até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelas **detentoras** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

11.3 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se as **detentoras** mantêm as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

11.4 Quando as **detentoras** convocadas não assinarem o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderão ser convocadas outras **licitantes** para assinarem o Contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

11.5 O Contrato é facultativo nos casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis nos termos do Art. 62, § 4º da Lei 8.666/93.

12. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública municipal, estadual ou federal, direta ou indireta, autárquica e fundacional que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na legislação federal e/ou municipal pertinentes.

12.2 A solicitação de adesão por quaisquer órgãos deverá ser formalizada nos autos do certame licitatório devendo expressar claramente os objetivos pretendidos.

12.3 Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da adesão solicitada anuindo ao pedido de adesão expressamente, desde que a adesão não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Município de Córrego Fundo.

12.4 Nenhuma adesão à ata de registro de preços poderá ser realizada sem a anuência expressa do Município e da detentora da Ata de Registro de Preços.

12.5 O Município poderá, a seu critério, rejeitar qualquer adesão, em especial, quando os quantitativos para os preços registrados, se mostrarem adequados apenas à demanda do Município. Só poderá ser autorizada adesão de quantitativos que excederem às necessidades desta Administração Municipal.

12.6 Caberá à detentora o envio e a atualização de quaisquer documentos de habilitação, ao órgão que solicitar à adesão.

12.7 Os documentos internos necessários à adesão serão disponibilizados pelo Município via email aos solicitantes que lograrem êxito na adesão.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



13.1 Os licitantes que direta ou indiretamente retirarem sua proposta comercial, seja integral ou parcialmente, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, incorrerão em multa equivalente à 10% do valor de sua proposta comercial.

13.2 Os licitantes vencedores que, convocados para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, não assinarem o respectivo instrumento jurídico, estarão sujeitos à aplicação de multa equivalente à 10% do valor adjudicado.

13.2.1 Incorrem na mesma penalidade do item anterior, o adjudicatário que, na data de assinatura do instrumento jurídico respectivo, deixar de cumprir exigências e condições específicas para a celebração do ato.

13.3 Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os Contratos/Ata de Registro de Preços celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as sanções legais:

13.3.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 86 da Lei 8.666/93:

13.3.1.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, **por ocorrência**;

13.3.1.2 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, **por ocorrência**, que poderá ser aplicado com a rescisão contratual;

13.3.2 Ficam estabelecidas as seguintes sanções e percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento de cláusulas contratuais, obrigações assumidas e/ou atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93:

13.3.2.1 advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

13.3.2.2 multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:

13.3.2.2.1 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

13.3.2.2.2 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.

13.3.2.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.3.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será



concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.4 Aplica-se no que couber as sanções administrativas previstas na Seção II, Capítulo IV da Lei 8.666/93, bem como as penalidades previstas Seção III, Capítulo IV da Lei 8.666/93.

13.5 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

13.6 A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Córrego Fundo, via Setor de Tributação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Município de Córrego Fundo.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Município de Córrego Fundo, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

13.8 A vencedora que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços ou celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata de registro de preços ou do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Córrego Fundo e será descredenciada do CRC Municipal, pelo período de 05 anos, se credenciada for, sem prejuízo das multas previstas neste edital e nas demais cominações legais cabíveis.

13.9 As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.10 Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

13.11 É vedado à detentora/contratada, sob pena de rescisão e aplicação de multa de até 10% do valor da ata/contrato, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes as peças, produtos e/ou serviços objeto da ata/contrato, para terceiros.

13.12 As detentoras/contratadas que descumprirem suas obrigações referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato/ata de registro de preços assumidas com terceiros para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços e/ou o contrato, tendo em vista a responsabilidade solidária prevista no § 2º, art. 71 da Lei 8666/93², inciso V, da Súmula 331 do TST³ e entendimento do TCU⁴ e STJ⁵, poderão ter a ata de registro de preços cancelada e/ou o contrato rescindindo com a consequente retenção do pagamento para resguardar os cofres públicos, além da aplicação das sanções legais cabíveis.

13.12.1 Nos casos de cancelamento e/ou rescisão será garantido o contraditório e a ampla defesa.

14. DA FISCALIZAÇÃO

² Art. 71, § 2º Lei 8.666/93. (...) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do [art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

³ Súmula nº 331 do TST - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

⁴ TCU: Acórdão nº 1.009/2011-Plenário. Acórdão nº 947/2010-Plenário. Acórdão nº 3.961/2010-1ª Câmara. Acórdão nº 4.248/2011-1ª Câmara.

⁵ ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ESTADO. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 71, §1º, DA LEI N. 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. RETENÇÃO DE VERBAS DEVIDAS PELO PARTICULAR. LEGITIMIDADE. (REsp 1241862/RS, Rel. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011)



14.1 A fiscalização dos serviços será exercida por representante do Município, denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência à detentora/contratada (Art. 67 de Lei n.º 8.666/93).

14.2 A fiscalização será exercida pelo fiscal do contrato nomeado pela Portaria nº 020/2018.

14.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora/contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).

14.4 O Município se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O Município de Córrego Fundo pagará à licitante detentora/contratada o valor constante na sua proposta de preços, considerados os eventuais lances verbais que forem apresentados, nestes já consideradas todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc.).

15.2 O pagamento mensal corresponderá ao percentual da taxa de administração ofertado pela DETENTORA/CONTRATADA e incidirá sobre o valor mensal do faturamento, conforme especificado na Proposta Comercial apresentada no Pregão Presencial.

15.3 O valor mensal do faturamento corresponderá aos preços à vista dos produtos e/ou da prestação de serviços nas lojas, estabelecimentos, postos e oficinas credenciadas, na data em que ocorreu cada venda ou prestação de serviço, em conformidade com documento comprobatório (nota fiscal e/ou cupom fiscal, ou outro similar) a ser emitido no momento da venda e/ou da manutenção do veículo, motocicleta ou máquinas, bem como o relatório apresentado pela DETENTORA/CONTRATADA.

15.4 O percentual da taxa de administração permanecerá fixo e inalterável durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato.

15.5 As lojas, postos, estabelecimentos e oficinas entre outros que fizerem parte da rede credenciada deverão ser pagas pela DETENTORA/CONTRATADA, inexistindo qualquer relação financeira entre o estabelecimento que integrar a rede credenciada e o Município de Córrego Fundo/MG.

15.6 Os pagamentos à DETENTORA/CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva venda/aquisição e/ou prestação dos serviços nas condições especificadas na Ata de Registro de Preços e/ou no Contrato, que será comprovada por meio do relatório de vendas/aquisição e serviços a ser expedido pelo responsável da fiscalização acompanhado da respectiva OF - Ordem de Fornecimento, Nota Fiscal e documentos comprobatórios da despesa.

15.7 A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter atualizado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a vigência dos documentos de habilitação, em especial os de regularidade fiscal, trabalhista, falência e concordata, encaminhando cópia destes documentos em anexo à nota fiscal eletrônica, para fins agilidade na liberação dos pagamentos.

15.8 A CONTRATADA deverá apresentar à Gerência de Frotas do Município, até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento/execução do objeto, a correspondente nota fiscal eletrônica, documentos comprobatórios da despesa, sempre acompanhados dos documentos fiscais e tributários devidos, sem prejuízo dos previstos na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

15.9 Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a data de recebimento dos documentos de cobrança, devidamente atestado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

15.10 A nota fiscal eletrônica será emitida pela DETENTORA/CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

15.11 As notas fiscais serão emitidas mediante a (s) NAF - Nota de Autorização de Fornecimento que será (ão) enviada (s) para a detentora/contratada via correio eletrônico.

15.11.1 Poderão serem emitidas quantas NAF - Nota de Autorização de Fornecimentos forem necessárias a depender da execução do objeto, da Secretaria solicitante e dos recursos orçamentários e financeiros para o respectivo pagamento.

15.11.2 Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada NAF - Nota de Autorização de Fornecimento.

15.12 O documento fiscal da detentora/contratada conterà em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e ano da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a descrição precisa do objeto entregue/executado e o mês de referências destes.

15.13 Caso a DETENTORA/CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal eletrônica e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

15.14 O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal eletrônica, mormente no que tange a valores das aquisições e dos serviços prestados, deverá devolvê-la à DETENTORA/CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação / substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

15.15 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da DETENTORA/CONTRATADA, seja relativa à execução do objeto seja quanto a documento exigido para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da execução do objeto.

15.16 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal eletrônica, a DETENTORA/CONTRATADA dará ao Município pleno, geral e irretroatável quitação da remuneração referente à aquisição de peças e à prestação de serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

16. DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DO REAJUSTE

16.1 A despesa decorrente da presente licitação correrá a conta da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município no exercício em curso:

Ficha 10 – 04.12.2040.2.2.101.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários
Ficha 11 – 04.12.2040.2.2.101.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 87 – 04.18.1060.1.2.106.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 88 – 04.18.1060.1.2.106.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 95 – 06.12.1040.2.2.112.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 96 – 06.12.1040.2.2.112.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 115 – 04.12.3040.2.2.300.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 116 – 04.12.3040.2.2.300.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 139 – 12.12.2121.4.2.300.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 140 – 12.12.2121.4.2.300.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 155 – 12.36.1120.2.1.505.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 156 – 12.36.1120.2.1.505.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 164 – 12.36.1120.2.2.506.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 165 – 12.36.1120.2.2.506.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 180 – 12.36.1121.1.2.512.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 181 – 12.36.1121.1.2.512.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 196 – 12.36.5120.5.2.517.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos ordinários
Ficha 197 – 12.36.5120.5.2.517.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos ordinários
Ficha 205 – 12.36.5120.5.2.525.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 206 – 12.36.5120.5.2.525.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 225 – 12.36.1120.2.2.507.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 226 – 12.36.1120.2.2.507.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 236 – 12.36.1121.1.2.511.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 237 – 12.36.1121.1.2.511.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

Ficha 244 – 12.36.5120.5.2.521.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 245 – 12.36.5120.5.2.521.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 255 – 12.36.5120.5.2.526.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 255 – 12.36.5120.5.2.526.3.3.96.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 266 – 12.36.7120.7.2.532.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 267 – 12.36.7120.7.2.532.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 282 – 12.36.1120.2.2.509.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.47.00 – Salário Educação.
Ficha 283 – 12.36.1120.2.2.509.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.47.00 – Salário Educação.
Ficha 292 – 12.36.1120.2.2.522.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 293 – 12.36.1120.2.2.522.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 299 – 12.36.1120.2.2.989.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 300 – 12.36.1120.2.2.989.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 303 – 12.36.1121.1.2.513.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.45.00 – Transf. FNDE - PNATE.
Ficha 304 – 12.36.1121.1.2.513.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.45.00 – Transf. FNDE - PNATE.
Ficha 307 – 12.36.1121.1.2.514.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.22.00 – Transf. Convênios - Educação.
Ficha 308 – 12.36.1121.1.2.514.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.22.00 – Transf. Convênios - Educação.
Ficha 316 – 12.36.3121.4.2.515.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 317 – 12.36.3121.4.2.515.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 326 – 12.36.5120.5.2.530.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 327 – 12.36.5120.5.2.530.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 345 – 10.12.2100.3.2.600.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 346 – 10.12.2100.3.2.600.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 355 – 10.12.2100.3.2.634.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 356 – 10.12.2100.3.2.634.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 367 – 10.30.1100.3.2.623.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 368 – 10.30.1100.3.2.623.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 396 – 10.30.1100.3.2.652.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 415 – 10.30.4100.3.2.649.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 416 – 10.30.4100.3.2.649.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 432 – 10.30.1100.2.2.620.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.48.00 – Transf. SUS Atenção Básica.
Ficha 433 – 10.30.1100.2.2.620.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.48.00 – Transf. SUS Atenção Básica.
Ficha 439 – 10.30.1100.2.2.953.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 440 – 10.30.1100.2.2.953.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 444 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 445 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 446 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 447 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.23.00 – Transf. Convênios - Saúde.
Ficha 455 – 10.30.1100.2.2.958.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.54.00 – Outras Transf. Recursos SUS.
Ficha 456 – 10.30.1100.2.2.958.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.54.00 – Outras Transf. Recursos SUS.
Ficha 481 – 10.30.4100.2.2.651.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.50.00 – Transf. SUS – Vigilância Saúde.
Ficha 482 – 10.30.4100.2.2.651.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.50.00 – Transf. SUS – Vigilância Saúde.
Ficha 490 – 10.30.4100.2.2.956.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 497 – 04.12.2040.2.2.700.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 498 – 04.12.2040.2.2.700.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 507 – 04.12.2040.2.2.709.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.16.00 – Contribuição Cide.
Ficha 508 – 04.12.2040.2.2.709.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.16.00 – Contribuição Cide.
Ficha 509 – 04.12.2040.2.2.709.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 520 – 04.12.2040.2.2.800.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 521 – 04.12.2040.2.2.800.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 551 – 15.45.1260.1.2.710.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.57.00 – Multas de Transito.
Ficha 552 – 15.45.1260.1.2.710.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.57.00 – Multas de Transito.
Ficha 600 – 20.60.8200.1.2.805.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 601 – 20.60.8200.1.2.805.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 628 – 04.12.2040.2.2.591.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 629 – 04.12.2040.2.2.591.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 703 – 04.12.2040.2.2.900.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 704 – 04.12.2040.2.2.900.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 713 – 08.24.3080.2.2.930.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 714 – 08.24.3080.2.2.930.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 727 – 08.24.3080.2.2.967.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 728 – 08.24.3080.2.2.967.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 736 – 08.24.3080.2.2.974.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 737 – 08.24.3080.2.2.974.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 743 – 08.24.4000.7.2.961.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 744 – 08.24.4000.7.2.961.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.



16.2 O preço do objeto da presente licitação será fixo e irrevogável.

17. DAS DISPOSIÇÕES REFERENTES À LEI COMPLEMENTAR 123/2006

17.1 Da identificação da microempresa ou EPP:

17.1.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração preferencialmente em separado dos demais envelopes, de enquadramento no art. 3º da LC n.º 123, de 2006, conforme modelo anexo V deste Edital.

17.1.2 A não entrega da Declaração de enquadramento como ME/EPP indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na LC n.º 123, de 2006.

17.1.3 Caso seja apresentada a Declaração de enquadramento como ME/EPP somente junto à documentação de habilitação, a licitante não terá direito aos benefícios da fase de lances (art. 44 e 45, LC 123/2006), mas manterá os demais direitos (art. 43).

17.2 Dos benefícios referentes à fase de lances:

17.2.1 Após encerrada a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

17.2.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

17.2.3 Para efeito dos benefícios referentes à fase de lances, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

17.2.3.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

17.2.3.2 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

17.2.3.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

17.2.3.4 O disposto no subitem anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

17.2.3.5 Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

17.3 Dos benefícios referentes à regularidade fiscal:



- 17.3.1** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 17.3.2** No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte e apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua declaração como licitante vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação.
- 17.3.3** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e ainda aquelas definidas no item 13 do edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do respectivo Contrato, ou revogar a licitação.

18. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1 O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- 18.1.1** Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Instituto do Pregão;
- 18.1.2** Decreto nº 3.555, de 08.08.2000, e alterações posteriores -Regulamento do Pregão;
- 18.1.3** Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;
- 18.1.4** Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores;
- 18.1.5** Decreto Municipal nº 1125/2008 (Institui o Pregão), Decreto Municipal nº 1126/2008 (Institui o Registro de Preços) e Decreto Municipal nº 1133/2008 (Regulamenta a atuação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas realizadas no âmbito do Município nos termos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006);
- 18.1.6** Demais exigências deste Edital e seus Anexos.

19. DA PUBLICIDADE

19.1 O aviso deste pregão será publicado no DOU – Diário Oficial da União, IOF – Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Jornal “**Hoje em Dia**” e no Diário Oficial Eletrônico nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Lei Municipal nº 673/2017, como também, no quadro de avisos da Prefeitura e disponibilizado por meio eletrônico através do e-mail: pregoescorregofundo@gmail.com.

20. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

20.1 Dos pedidos de esclarecimentos:

20.1.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento deverão ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por telefone (37) 3322-9144, ou por meio eletrônico pregoescorregofundo@gmail.com.

20.2 Das impugnações:

20.2.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública deste Pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório respectivo, mediante



registro da petição impugnatória junto ao Departamento de Compras e Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal de Córrego Fundo ou por meio de correio eletrônico: pregoescorregofundo@gmail.com

- 20.2.2** O (a) Pregoeiro (a) decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
- 20.2.3** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos.

21.2 As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, em sentido amplo.

21.3 Após a declaração da vencedora da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Chefe do Executivo.

21.4 Ocorrendo a desclassificação de todas as propostas ou inabilitação de todas as licitantes, a Administração procederá na forma do parágrafo 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

21.5 A adjudicatária obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

21.6 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

21.7 Recomenda-se que todos os representantes das licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinatura da ata respectiva, sob pena de renúncia tácita⁶ sobre a intenção de recorrer de quaisquer decisões.

21.8 O (a) Pregoeiro (a), em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.9 Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros formais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos das demais licitantes.

21.10 A cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome da representada, desde que autorizado por documento de habilitação legal, vedada a participação de qualquer interessado representando mais de uma licitante. O referido representante poderá ser acompanhado por outras pessoas, que poderão assessorá-lo, sendo vedada a manifestação de qualquer natureza por essas outras pessoas.

21.11 No caso de alteração deste edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento dos documentos e classificação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.12 Todos os documentos apresentados na licitação deverão ser em vias originais e/ou através de qualquer processo de cópia, desde que autenticados por cartório competente, ou por cópias simples juntamente com os originais, e que, após devidamente comprovadas pelo Pregoeiro (a) ou membros da equipe de apoio, farão parte do processo licitatório.

⁶ **Nota Explicativa:** Caso a licitante não se faça representar na sessão do pregão, a sua proposta poderá ser aproveitada e julgada vencedora se forem atendidos todos os requisitos do Edital. Não ter representante legal na sessão do pregão traz como consequência a licitante, a impossibilidade de ofertar lances e evidencia a renúncia tácita ao recurso legal.



- 21.12.1** A apresentação de documento (s) em cópia sem autenticação por uma das formas indicadas acima ensejará a invalidação do (s) mesmo (s);
- 21.12.2** O (s) documento apresentado (s) em cópia sem autenticação constará dos autos, porém será desconsiderado para fins de credenciamento, classificação ou habilitação de representante ou licitante;
- 21.13** Caso o licitante deixe de apresentar o *“Registro comercial, em caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores”* junto à documentação de habilitação, porém tenha o apresentado, de acordo com as exigências habilitatórias, na fase de credenciamento, a (o) Pregoeira (o) poderá considerar a via apresentada naquela fase, para deliberar sobre a Habilitação da licitante.
- 21.14** As licitantes que iniciaram suas atividades no exercício corrente deverão, em substituição ao Balanço Patrimonial, apresentarem o Balanço de Abertura.
- 21.15** As licitantes classificadas como Micro empresas e empresas de pequeno porte, não poderão, para fins da comprovação da qualificação econômica e financeira, substituir os balanços pela Declaração Anual de Imposto de Renda.
- 21.16** A não indicação pelos licitantes do critério de aferição da capacidade econômica e financeira exigida na fase de habilitação e, tendo o licitante apresentado apenas o Contrato Social, será entendido que o mesmo optou tacitamente pela comprovação do capital social mínimo de 10% do valor estimado da licitação.
- 21.17** A não indicação pelos licitantes do critério de aferição da capacidade econômica e financeira exigida na fase de habilitação e, tendo o licitante apresentado o balanço patrimonial, será entendido que o mesmo optou tacitamente pela comprovação do patrimônio líquido de 10% do valor estimado da licitação.
- 21.18** Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:
- 21.18.1** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;
- 21.18.2** Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando a licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;
- 21.18.3** Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, e
- 21.18.4** Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 21.19** Não se admitirá posterior complementação da documentação.
- 21.20** O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste edital quanto às condições de credenciamento, proposta de preços e habilitação, implicará na desclassificação ou inabilitação da licitante, conforme o caso.
- 21.21** No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pela licitante, prevalecerá este último.
- 21.22** As empresas poderão remeter os envelopes por correio ou outro meio semelhante, com aviso de recebimento, desde que sejam recebidos no prazo previsto neste edital, não se



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

responsabilizando o Município pela eventual perda dos prazos estipulados ou pela entrega em local diferente e pessoa diversa do setor de licitação e Pregoeiro, respectivamente.

21.23 O Município não se responsabilizará por envelopes entregues a secretárias, recepcionistas ou em qualquer outra repartição do órgão, que não seja o Setor de Licitações.

21.24 Reserva-se o Município de Córrego Fundo a faculdade de revogar, por razões de interesse público, ou anular, por ilegalidade a presente licitação, bem como o direito de adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e/ou abertura das propostas, descabendo em tais casos qualquer indenização às licitantes.

21.25 Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

21.26 É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

21.27 É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.

21.28 A (s) Ata (s) de Registro de Preços terá vigência por 12 (Doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

21.29 O (s) contrato (s), nos casos em que forem firmados, poderá ter vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93.

21.30 A presente licitação será processada e julgada com base na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Complementar 123/2006, nas demais normas deste Edital e seus anexos, aplicando-se ao contrato decorrente da presente licitação, além dos dispositivos legais previstos neste edital, as normas da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).

21.31 Os casos omissos e dúvidas com relação a presente licitação e a este EDITAL serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio.

21.32 Informações adicionais poderão ser prestadas pelo telefone (37) 3322-9144, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h as 18h, ou por email: pregoescorregofundo@gmail.com.

Córrego Fundo/MG, 03 de setembro de 2018.

Aline Patrícia da Silveira Leal
Pregoeiro

Flávio Augusto Teixeira
Controle Interno



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TETO MÁXIMO

Tendo em vista o que institui a Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 sugiro que o Município de Córrego Fundo realize licitação na modalidade PREGÃO, tipo **menor preço por item APURADO PELA MENOR TAXA PERCENTUAL DE ADMINISTRAÇÃO**, objetivando o registro de preços para **contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município de Córrego Fundo/MG, com fornecimento de peças genuínas e/ou originais, suprimentos, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, serviços de guincho 24hs, alinhamento e balanceamento, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços, em conformidade com o Termo de Referência.**

Apresentamos a seguir estudos preliminares contendo elementos capazes de propiciar a avaliação da despesa pela Administração, considerando o objeto, segundo preços praticados no mercado em pesquisa realizada pelo Setor Competente.

1 DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de menor preço unitário, para eventual e futura contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município de Córrego Fundo/MG, com fornecimento de peças genuínas e/ou originais, suprimentos, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, serviços de guincho 24hs, alinhamento e balanceamento, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços, em conformidade com o Termo de Referência, visando a formação de registro de Preços, compreendendo:

1.1.1 Serviços de manutenção da frota em oficinas credenciadas, compreendendo no mínimo: troca de óleo, troca de filtro, serviço de borracharia, lavagem, lubrificação geral, mecânica em geral, elétrica, funilaria, lanternagem, pintura, retífica, capotaria, serviço de guincho 24h, alinhamento e balanceamento, conserto e reparo de mangueiras hidráulicas.

1.1.2 Fornecimento de peças, acessórios e suprimentos por lojas e estabelecimentos credenciados, compreendendo no mínimo: fornecimento de peças originais e/ou genuínas, acessórios, suprimentos, pneus, filtros, óleos e lubrificantes.

1.1.3 Serviços de abastecimento da frota em postos de combustíveis credenciados em todo o território nacional por meio de sistema eletrônico com a utilização de cartões magnéticos ou micro processado (chip) compreendendo: todos os veículos, máquinas, ferramentas elétricas, motocicletas e outros equipamentos movidos à gasolina, diesel comum, diesel S10 e etanol com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos.

1.1.4 Registro informatizado dos dados de manutenções disponíveis para consulta via WEB e em tempo real;



- 1.1.5 Fornecimento de dados e relatórios que possibilitem a administração e o controle da frota de veículos;
- 1.1.6 Disponibilização de equipe especializada para a avaliação de cada orçamento.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Lei 8.666/93, Lei 10.520/00 e Instruções Normativas do TCE/MG.

3 DA JUSTIFICATIVA

3.1 A contratação de empresa para a prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados faz-se necessária para que seja procedida de maneira eficaz e eficiente a manutenção e conservação preventiva e corretiva dos veículos da frota do Município, seguindo os procedimentos de revisão e troca de peças indicados pelos respectivos fabricantes, em decorrência do desgaste pelo uso bem como eventual manutenção corretiva. A manutenção adequada reverte-se em economicidade e garantia, prolongando a vida útil e durabilidade do patrimônio público e ainda a segurança aos seus agentes em serviço. Os veículos, motocicletas e máquinas constituem ferramentas indispensáveis às atribuições dos serviços prestados pelo Município e, sendo imprescindível que estejam sempre em condições satisfatórias de utilização, sendo necessário a manutenção preventiva e corretiva em caráter contínuo.

3.2 O fornecimento de combustível, com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento da frota de veículos, motocicletas e máquinas do Município é imprescindível pois o fornecimento e gerenciamento de combustível através de Sistema Integrado facilitará o gerenciamento e o controle das despesas relativas ao abastecimento tornar-se-á o controle eficiente e eficaz na medida em que se dá, em tempo real.

3.3 A realização de manutenção corretiva e preventiva vem de fato, ser um importante meio para os processos de controle de qualidade, pois, através deste mapeamento, envolvemos um rígido controle de veículos.

3.4 Para fins deste termo de referência:

3.4.1 Manutenção Corretiva: é o tipo de manutenção mais antiga e mais utilizada, sendo empregada em qualquer empresa que possua itens físicos, qualquer que seja o nível de planejamento de manutenção. Segundo a Norma NBR 5462 (1994), manutenção corretiva é “a *manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida*”. Em suma: é toda manutenção com a intenção de corrigir falhas em equipamentos, componentes, módulos ou sistemas visando restabelecer sua função.

3.4.2 Manutenção Preventiva: deve ocorrer conforme calendário estipulado de validade ou cronogramas de garantia, sempre considerando, data, item a ser avaliado e quilometragem rodada. A essência da Manutenção Preventiva é a substituição de peças ou componentes antes que atinjam a idade em que passam a ter risco de quebra. A base científica da Manutenção Preventiva é o conhecimento estatístico da taxa de defeito das peças, equipamentos ou sistemas ao longo do tempo. A Manutenção Preventiva também é chamada de manutenção baseada em intervalos/tempo. Ao contrário da Manutenção Corretiva a Manutenção Preventiva procura evitar e prevenir antes que a falha efetivamente ocorra. A definição da NBR 5462(1994) para a Manutenção Preventiva é “*manutenção efetuada em*



intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritivos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um item”.

3.5 Considerando que as manutenções corretivas e preventivas estão quase sempre associadas uma a outra, uma manutenção preventiva em um determinado veículo pode incidir numa manutenção corretiva no determinado veículo, tornando-se portanto, inviável a sua divisão, o que além de prejudicar o prazo manutenção, dilatando-o em demasia, ainda seria necessário o pagamento de 2 mãos de obras para o mesmo serviço, uma para a detecção do problema e outra para a correção do problema, onerando e muito um serviço de manutenção.

3.6 O sistema de gerenciamento de manutenção de frotas garante a lisura e o menor preço em sempre realizar qualquer manutenção, preventiva ou corretiva, no estabelecimento que apresentar a melhor proposta.

3.7 As empresas de gerenciamento de manutenção de frotas não consideram valores de manutenção ou descontos em peças e mãos de obra diferidos, motivo pelo qual as oficinas também não distinguem esses serviços, considerando tudo como manutenção de veículos, cabe que a definição de manutenção preventiva e corretiva, como explicado, é apenas por aspectos doutrinário técnicos, separando por “tipos”, todos os serviços de mesma natureza, visto que são sempre os mesmo serviços, o que o torna corretivo ou preventivo são suas condições de periodicidade e garantia. Ora, uma manutenção corretiva realizada em determinado estabelecimento, pode se tornar corretiva, considerando os critérios de validade e garantia. Assim sendo não há motivos para se desassociar os serviços, não havendo o desmembramento em dois contratos, ainda mais, se tratando de sistema de gerenciamento de manutenção de frotas.

3.8 A contratação em tela, não se restringe ainda unicamente à prestação de serviços de manutenção automotiva em geral. Trata-se da contratação de um serviço visando ao aumento da eficiência no tocante à manutenção dos veículos, motocicletas e máquinas utilizados no cumprimento das atribuições do Município de maneira a obter um controle padronizado sobre os serviços contratados.

3.9 Em consonância com a visão de futuro do Município que deve almejar modernidade, eficiência, proteção à informação e controle dos serviços prestados, para atender suas atribuições constitucionais, este órgão pretende adotar essa contratação como importante instrumento gerencial e principalmente operacional.

3.10 A frota de veículos do Município, conta com uma gama muito diversificada de veículos, motocicletas e máquinas, seja pelo fabricante, marca/modelo ou ano de fabricação. São veículos convencionais e especiais, máquinas e equipamentos com utilização específica e essencial para o desempenho dos serviços prestados pela municipalidade. A frota pode sofrer ainda, constantes alterações, em virtude de doações/aquisições, ocasionando uma demanda de peças e serviços necessários à manutenção muito dinâmica. Considera-se também a frequência de utilização, dependendo, portanto, de uma rede credenciada diversificada em todas as especialidades, o que, a contratação de uma única oficina não supriria as atuais necessidades.

3.11 Ao que se refere à legalidade pela substituição da contratação tradicional pelo novo modelo, cuja finalidade e a melhor relação custo-benefício, da ordem jurídico-administrativa no entendimento ao interesse coletivo, o Tribunal de Contas da União⁷, em 2009 já há havia apreciado a questão e considerando regular essa forma de contratação, conforme segue: ***“Discute-se, no presente processo, a compatibilidade do modelo de contratação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção de veículos definido pela SR/DPF/RJ com os princípios concernentes à administração pública e aos certames licitatórios, em especial com os***

⁷ TCU. Acórdão nº 2731/2009, Plenário, Relator Min. Marcos Bem querer Costa. Revisor Min. Aroldo Cedraz. Processo TC nº 032.202/2008-1, DOU de 20.11.09



princípios da eficiência, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa. Assim, o exame a ser empreendido por esta Corte deve abranger os aspectos tanto jurídicos quanto operacionais da questão. 2. No tocante à vertente legal, **endosso as conclusões do relator que refutam as críticas formuladas pela Secex/RJ e pelo MPTCU e que demonstram que os parâmetros definidos pelo órgão contratante são compatíveis com o ordenamento normativo concernente à matéria.** 3. É preciso destacar, inicialmente, que o objeto a ser contratado difere daquele que a administração usualmente demandava, a manutenção veicular diretamente efetuada por uma única oficina mecânica. No novo modelo, o serviço demandado é de administração e gestão da manutenção, o que significa que o contratado não será responsável direto pela execução dos serviços mecânicos necessários. 4. Por tal motivo, **é adequado o uso do valor da taxa de administração como critério de julgamento.** Não se trata, aliás, de nenhuma inovação, já que **tal sistemática têm sido rotineiramente empregada – sem qualquer crítica desta Corte sob este aspecto, friso – em licitações para contratação de serviços de gerenciamento em que o contratado não é o fornecedor direto do bem ou serviço final demandado pela administração.** 5. É o caso, por exemplo, dos certames para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, em que as agências de viagens, que não são as fornecedoras do serviço de transporte aéreo demandado pelo poder público, são selecionadas com base no valor da taxa de administração que cobram. 6. O mesmo ocorre com o fornecimento de combustíveis ou de vales-refeições, em que idêntico critério de julgamento é empregado e o entregador final do produto demandado não é o distribuidor de combustíveis ou a empresa de vales, mas o posto de gasolina ou o restaurante credenciados em que o abastecimento de cada veículo e consumo de cada refeição é feito. 7. Esta similitude com outros tipos de certame afasta a segunda crítica feita ao modelo, a de que não haveria definição precisa do valor total do contrato e dos preços a serem praticados pelo fornecedor final do bem demandado. Tais peculiaridades, entretanto, também ocorrem nos contratos de fornecimento de passagens aéreas e de combustíveis e as dificuldades delas decorrentes são sanadas pela utilização de valores estimados, prática que este Tribunal tem rotineiramente admitido e que se repete no certame em foco. 8. Exatamente porque o mesmo critério de julgamento tem sido corriqueiramente empregado em outras licitações sem qualquer censura desta Corte, também não procede o reparo de que a taxa de administração corresponderia a uma fração diminuta do valor global do contrato, já que esse pequeno peso relativo se repete em qualquer contratação de serviços realizada na forma ora em exame e que não é possível, em princípio, vislumbrar critério alternativo adequado para remunerar os serviços do gestor contratado. 9. Também não se sustenta a crítica de que a definição de um âmbito nacional para o certame inibiria a competição ao afastar os pequenos fornecedores e poderia levar à prática de preços mais elevados. 10. Para avaliar esse ponto, deve-se ter em conta as características específicas dos veículos do DPF, que operam frequentemente fora das localidades em que estão baseados, inclusive em outras unidades da Federação, e que são utilizados em condições severas e desgastantes, o que torna indispensável a manutenção rotineira, célere e geograficamente dispersa. 11. Tais circunstâncias de uso da frota – às quais deve ser acrescentada a peculiaridade do uso de quantidades maiores de veículos em operações de grande porte, o que acarreta a ocorrência de períodos de concentração de demandas de reparos, com os consequentes atrasos de reparos e aumentos dos tempos de indisponibilidade de viaturas – **tornam inegavelmente mais vantajosa para o DPF e compatível com o princípio da eficiência a contratação de manutenção em âmbito nacional, ao invés da contratação de uma única oficina em determinada localidade.** 12. Note-se, ainda, que, ao contrário que se poderia supor, a contratação em escala nacional, nos moldes da nova sistemática, **não acarretará inviabilidade de participação de pequenas oficinas ou a prática de preços maiores.** 13. **Em primeiro lugar, porque, ao invés de implicar a contratação de uma única oficina de maior envergadura, como acontecia no modelo anterior, o novo paradigma permitirá que pequenos estabelecimentos, inclusive em cidades do**



interior, possam se credenciar junto ao administrador contratado, o que lhes permitirá uma oportunidade de prestar serviços à administração que antes lhes era inviável em função de seu porte reduzido. 14. Assim, o que ocorrerá, na prática, será o aumento da competitividade na prestação de cada serviço de manutenção específico, o que implicará, provavelmente, uma redução de preços praticados. 15. Acrescente-se que, dentro do modelo delineado, também ocorrerá, na concretização de cada serviço de manutenção singular, uma seleção entre no mínimo três propostas de preços, o que contribuirá adicionalmente para acirrar a competição e reduzir preços. 16. Destaco, por fim, três aspectos. 17. O primeiro é que, apesar da pequena afluência de interessados ao certame em debate, foi apontada nos autos a existência de pelo menos três outras empresas capazes de prestar os serviços de gerenciamento demandados pelo DPF. [...] 20. Diante do exposto, considero que os princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa estariam sendo atendidos pela nova sistemática proposta, com o que estaria demonstrada, em tese, a inexistência de óbices jurídicos à adoção do modelo sugerido. [...] 23. O novo modelo adotado é uma tentativa de solucionar tais dificuldades. Além das prováveis reduções de custos dos serviços – já obtidas em contratos de fornecimentos de outros tipos de produtos onde foi adotada a sistemática inovadora, conforme apontado nos autos – haverá redução de custos administrativos do DPF com controle da manutenção dos veículos, além de implementação de avanços gerenciais que favorecerão uma melhor gestão da frota, com reflexos positivos sobre as ações policiais. 24. Além disso, estaria sendo resolvido o problema do frequente e inadequado uso de suprimentos de fundos que tem caracterizado o atual modelo. 25. Com tais mudanças, estaria atendido, assim, também o princípio da eficiência. [...] 27. Trata-se de uma prática bastante disseminada no mercado privado, cuja adoção no âmbito da administração é salutar, pois demonstra empenho em modernizar métodos arcaicos, ineficientes e burocráticos de gestão e, com isso, melhorar o desempenho dos órgãos e entidades públicas”. Grifos nossos.

3.12 Os resultados esperados por utilização de tal sistema de gerenciamento de manutenção de frotas são, especialmente:

3.12.1 O uso dos veículos, motocicletas e máquinas, inclusive ambulâncias é essencial na consecução dos serviços públicos, atividades da A.P.⁸. Assim, a manutenção dos veículos, motocicletas e máquinas em condições adequadas de uso, no âmbito das compras e licitações, é a de maior importância no âmbito municipal;

3.12.2 Em razão do fluxo contínuo dos veículos nos trajetos prédios-locais de atendimentos, e vice-versa, uma rede credenciada de oficinas irá garantir maior eficiência e eficácia na conservação e longevidade dos veículos, motocicletas e máquinas, a fim de que se mantenham os padrões adequados de desenvolvimento das atividades do Município.

3.12.3 A contratação de sistema de gestão de frotas possibilita à Administração Pública efetuar os serviços de manutenção automotiva com maior qualidade e economicidade, visto que, pelo sistema informatizado, as oficinas serão obrigadas a apresentarem cotações e orçamentos sobre um mesmo serviço a ser realizado, instigando à concorrência e privilegiando o menor preço a cada realização de serviços;

3.12.4 Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos, modernos e eficazes;

3.12.5 Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, emissão de faturas, controles e pessoal);

3.12.6 Disponibilização de uma rede de lojas e oficinas especializadas em diversos veículos, motocicletas e máquinas, considerando a diversidade da frota do Município

⁸ A.P. Administração Pública.



sendo evidente a flexibilidade do sistema de manutenção por acesso facilitado a uma ampla rede de serviços com qualidade e preços adequados;

3.12.7 A possibilidade de comparação eficaz dos preços praticados com o mercado;

3.12.8 Uma única Ata de Registro de Preços poderá atender a demanda do Município, privilegiando a economicidade, posto que sempre conte com uma oficina, loja ou posto de combustíveis credenciados próximo ao local do veículos, inclusive aqueles em trânsito;

3.12.9 Os veículos em atendimento contarão, se necessário, com oficinas durante seu deslocamento, não prejudicando o atendimento por necessidade de retorno do veículo até uma única oficina contratada;

3.12.10 Agilidade nos procedimentos;

3.12.11 Configura em sua essência serviço de natureza contínua, por se tratar de manutenção de veículos.

3.13 Para o abastecimentos dos veículos, motocicletas e máquinas, o Sistema Integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, tendo cada veículo seu próprio cartão Magnético. Cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade desta a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas;

3.14 O sistema contratado deverá permitir o bloqueio / desbloqueio / troca de senha em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações pro ativas por parte do CONTRATANTE;

3.15 A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas por cada um dos veículos deverão ser descentralizadas e automáticas, quando do retorno dos veículos à garagem do Município;

3.16 O Município estabelecerá para cada veículo da sua frota, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do Administrador do Contrato.

3.17 Os abastecimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

3.18 A rede de postos credenciada deverá estar equipada para aceitar transações e processos de contingência para finalização da transação;

3.19 O Sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- a) Identificação do posto (Nome e Endereço);
- b) Identificação do veículo (placa);
- c) Hodômetro e/ou horímetro do veículo/máquina no momento do abastecimento;
- d) Tipo de Combustível;
- e) A data e hora da Transação;
- f) Quantidade de litros;
- g) Valor da operação;
- h) Identificação do funcionário que autorizou o abastecimento.

3.20 O software de Gestão de Abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões, da CONTRATADA compreendem:

3.20.1 Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via WEB, propiciando informações da data e hora do abastecimento;

3.20.2 Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados;

3.20.3 Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos;



3.20.4 O fornecimento gratuito dos cartões magnéticos de cada veículo, equipamento automotivo e equipamento acoplado da frota atual e quaisquer outros que se inserir na frota, seja por doação ou aquisição;

3.20.5 O fornecimento gratuito de um “cartão curinga” para abastecimento de qualquer veículo e/ou máquina que ficará de posse do gestor do sistema para ser utilizado em casos eventuais e esporádicos;

3.20.6 O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;

3.20.7 Identificação do condutor no momento do abastecimento através da senha pessoal;

3.20.8 Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pela CONTRATADA, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para a base operacional sem qualquer ônus para o Município;

3.20.9 Solução para registro manual dos abastecimentos realizados, nos casos excepcionais de viagens para outros Estados ou mesmo cidades que não possuam postos por ela credenciados.

3.21 Deverá ser disponibilizado acesso ao Software de Gestão de Abastecimento em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pelo Município;

3.21.1 O Município deverá estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão de Abastecimento a cada veículo, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

3.21.2 Os relatórios disponibilizados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

3.21.2.1 Relação dos veículos, motocicletas e máquinas por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa e centro de custo;

3.21.2.2 Histórico das operações realizadas pela frota contendo: Data; Hora; Identificação do estabelecimento; Identificação do condutor; Identificação do veículo (placa); Hodômetro e/ou Horímetro do veículo/máquinas no momento do abastecimento; Combustível adquirido; Quantidade em litros adquiridos; Valor total da operação em R\$ (reais);

3.21.2.3 Quilometragem percorrida por veículo;

3.21.2.4 Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo Município;

3.21.2.5 Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

3.21.2.6 Preço médio pago por tipo de combustível consumido pela frota;

3.21.2.7 Volume de gastos realizados por tipo de combustível;

3.21.2.8 Indicação dos veículos que apresentarem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis; e

3.21.2.9 Despesas realizadas por base operacional e unidade.

4 REDE DE LOJAS, AUTOPEÇAS, OFICINAS E POSTOS CREDENCIADOS

4.1 Para efeito de execução, será exigida da detentora da Ata de Registro de Preços a comprovação da cobertura de lojas/estabelecimentos credenciados, pelo menos 80% (oitenta por cento) dos Municípios abaixo indicados, com oficinas, postos, lojas, autopeças e estabelecimentos credenciados:

4.1.1 Justifica-se a exigência de oficinas, postos, lojas, autopeças e estabelecimentos credenciados nestas localidades tendo em vista que a maioria das viagens são realizadas em rotas que passam por estas cidades, além dos municípios



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

vizinhos com número expressivos de fornecedores do ramo o que viabiliza a entrega das peças, produtos, acessórios e serviços.

- 4.1.2** A detentora poderá, além do relacionado, credenciar quaisquer outros fornecedores em quaisquer outras localidades.

1 - Córrego Fundo	7 - Formiga	13 - Passos	19 - Barretos	25 - Contagem	31 - Brasília
2 - Arcos	8 - Pimenta	14 - São João Batista do Glória	20 - São Paulo	26 - Betim	32 - Paracatu
3 - Bambuí	9 - Piumhi	15 - São Sebastião do Paraíso	21 - Divinópolis	27 - Belo Horizonte	33 - Luziânia
4 - Pains	10 - Capitólio	16 - Governador Valadares	22 - Mateus Leme	28 - Itaúna	34 - Ribeirão Preto
5 - Campo Belo	11 - Alfenas	17 - Varginha	23 - Três Corações	29 - Pouso Alegre	35 - Bauru
6 - Araxá	12 - Uberaba	18 - Uberlândia	24 - Montes Claros	30 - Patos de Minas	36 - Franca

4.2 A licitante detentora da Ata de Registro de Preços disporá de até 15 (quinze) dias para apresentar a rede credenciada a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.3 A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de abastecimentos contendo obrigatoriamente, após a assinatura da ata de registro de preços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, o mínimo de um estabelecimento credenciado de postos de combustíveis, uma autopeças, uma oficina mecânica no Município de Córrego Fundo/MG.

4.4 A não comprovação da rede credenciada pela detentora da Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado, ensejará ao cancelamento direto da Ata de Registro de Preços, a convocação do segundo colocado e/ou a repetição da licitação, e ainda a aplicação das penalidades constantes do edital.

4.5 Para fins de contratação, será exigida a comprovação de que a licitante detentora da Ata de registro de Preços mantém credenciamento de oficinas, postos, lojas, autopeças e estabelecimentos, entre outros, em pelo menos 80% (oitenta por cento), das cidades indicadas no item 4.1;

4.5.1 A comprovação dos estabelecimentos credenciados far-se-á mediante declaração da licitante, relacionando as oficinas, postos, lojas, autopeças e estabelecimentos e locais (com endereço e meios de comunicação à distância), devendo apresentar a comprovação mediante Contratos de Credenciamento formalizados com as oficinas, postos, lojas, autopeças e estabelecimentos, entre outros, o que será conferido pelo Município para atestar a veracidade das informações prestadas;

4.5.2 Somente após a comprovação da rede credenciada, mediante comprovação, a CONTRATANTE formalizará a ata de registro de preços e/ou o contrato com para execução do objeto.

5 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS:

5.1 A detentora da Ata de Registro de Preços terá obrigação de cumprir todas as exigências determinadas pelo Município no que se refere ao objeto, e entregar os combustíveis nos postos indicados.

5.2 A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de abastecimentos contendo obrigatoriamente, após a assinatura da ata de registro de preços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, o mínimo de um estabelecimento credenciado de postos de combustíveis na zona urbana do Município de Córrego Fundo/MG.

5.3 A rede de postos de combustíveis credenciada deverá ser instruída/treinada para atualização diária dos preços no sistema informatizado para a correta informação dos dados no sistema informatizado;

5.4 A detentora da Ata de Registro de Preços terá obrigação de credenciar somente postos de combustíveis que possuam e que mantenham regular registro e autorização junto à ANP devendo exigir a comprovação no ato do credenciamento;



5.4.1 O município poderá pedir o descredenciamento de postos de combustíveis que eventualmente deixem de possuir o Registro na ANP;

5.5 O Município disponibilizará, no ato de assinatura da Ata de Registro de preços, relação discriminada com o rol de veículos, motocicletas e máquinas constantes da frota municipal para a geração dos cartões individuais.

5.6 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá entregar os cartões no endereço da sede Administrativa do Município, sem nenhum custo adicional para o Município.

5.7 Os cartões deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preços e disponibilização, pelo Município de relação discriminada com o rol de veículos, motocicletas e máquinas constantes da frota municipal.

5.8 O prazo de entrega dos cartões poderá ser prorrogado por até dois dias úteis, devendo a detentora solicitar e justificar a prorrogação de prazo.

5.9 Transcorrido o prazo, será aplicado as penalidades pertinentes.

5.10 Em caso de irregularidade não sanada pela detentora da Ata de Registro de Preços, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes e aplicação de penalidades.

5.11 Para os abastecimentos, com base no princípio da economicidade e eficiência, será considerado sempre o menor preço de bomba entre os postos credenciados em qualquer rota de deslocamento dos veículos da frota municipal, considerando todas as circunstâncias que envolver aquele abastecimento.

5.11.1 O software disponibilizado pela detentora do Registro de Preços deverá disponibilizar ferramenta apta a classificar, em tempo real a lista de postos de combustíveis credenciados, pela ordem dos preços praticados, de forma que o gestor possa definir o local prévio de abastecimento;

6 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA PREVENTIVA E CORRETIVA

6.1 A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos credenciados (oficinas automotivas, autopeças, etc) em Córrego Fundo, Belo Horizonte e Brasília, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido do Município, em função da demanda conexa ao interesse público, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, entre outros, considerando:

- a) **Manutenção Preventiva** - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações do Município;
- b) São exemplos de manutenção preventiva:
 - Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas e cambagem;
 - Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
 - Lubrificação e elementos filtrantes de veículos;
 - Reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, correias de alternador/gerador, etc;
 - Substituição de itens do motor;
 - Limpeza de motor e bicos injetores;



- Regulagens de bombas e bicos injetores;
 - Limpeza, higienização e lavagem de veículos;
 - Revisão de fábrica;
 - Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação do Município.
- c) **Manutenção Corretiva ou Pesada** - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.
- d) São exemplos de manutenção corretiva:
- Serviços de retífica de motor;
 - Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
 - Serviços de instalação elétrica;
 - Serviços no sistema de injeção eletrônica;
 - Capotaria;
 - Tapeçaria;
 - Borracharia;
 - Chaveiro;
 - Funilaria e pintura;
 - Serviços no sistema de arrefecimento;
 - Serviços no sistema de ar-condicionado;
 - Revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção veicular;
 - Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação do Município.

6.2 A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços de manutenção de serviços e fornecimento de peças, contendo obrigatoriamente, no prazo máximo de 15 dias após a assinatura da ata de registro de preços, o mínimo de estabelecimentos credenciados de autopeças e oficinas mecânicas no Município de Córrego Fundo/MG.

6.3 Conforme necessidade do município, e sem qualquer ônus, a detentora/contratada deverá efetuar os credenciamentos das empresas autorizadas, caso não possua estabelecimentos credenciados nas cidades: Córrego Fundo, Belo Horizonte e Brasília, dispondo do prazo de 15 (quinze) dias.

6.4 Treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta, a serem realizados na instalação do software no Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários, diretamente a detentora da Ata de Registro de Preços.

6.5 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante, sendo considerado como base operacional o Município de Córrego Fundo, sistema em ambiente web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

- a) Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;
- b) Recebimento de orçamento on-line/real time;
- c) Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;



- d) Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time; com opções dinâmicas de análise de balizamentos dos preços considerando as diversas condicionantes de localização, reboque, apuração global peça/serviço, apuração global, apuração unitário e outras opções;
 - e) Ferramenta de envio de cotação simultânea para vários fornecedores com opção de impressão do comprovante de envio, de forma a evidenciar que o cumprimento do princípio da publicidade e transparência;
 - f) Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;
 - g) Sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais;
 - h) Sistemas Tecnológicos integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota municipal junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;
 - i) Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas credenciadas, nas cidades indicadas;
 - j) Ferramenta de bloqueio para aprovação de ordem de serviços com menos de três orçamentos, exceto quando houver justificativa fundamentada expressa em campo próprio e autorização conjunta do Gestor e do Administrador do sistema;
 - k) Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço;
 - l) Fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e mãos de obra;
 - m) Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado valores gastos com mãos de obra, peças e taxa de administração;
 - n) Sistema tecnológico que possibilite a visualização dos saldos do respectivo contrato de manutenção preventiva e corretiva da frota;
- 6.6** O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo e, a cada operação:
- a) Número de identificação da ordem de serviço;
 - b) Número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante;
 - c) Identificação do veículo (tipo de frota e placas);
 - d) Modelo do veículo;
 - e) Centro de Custo;
 - f) Data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço;
 - g) Data e hora de início e fim da manutenção do veículo;
 - h) Tipo de serviço (aquisição de peça/ manutenção corretiva/ serviço de guincho);
 - i) Identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula);
 - j) Quilometragem do veículo no momento da execução do serviço;
 - k) Descrição dos serviços executados e peças trocadas;
 - l) Valor total de mão de obra;
 - m) Valor total das peças;
 - n) Tempo de garantia do serviço realizados;
 - o) Tempo de garantia das peças substituídas;
 - p) Valor total da operação;
 - q) Descrição sumariada da operação;
 - r) Razão Social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço;
 - s) Número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor;



6.7 Todos os dados do item acima, deverão estar disponíveis para consulta e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

6.8 O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e centro de custo;

6.9 O histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pelo Município de Córrego Fundo durante a vigência contratual, bem como, ao término da vigência da Ata, deverá ser disponibilizado pela detentora da Ata de Registro de Preços em planilha eletrônica.

6.10 Os relatórios disponibilizados pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão conter no mínimo, as seguintes informações, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades do Município:

a) Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e valor total de mão de obra;

b) Ordem de serviço cadastrada;

c) Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;

d) Registro de garantia de peças e serviços;

e) Histórico de orçamentos;

f) Relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;

g) Composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;

h) Relação completa de discriminada de rede credenciada;

i) Tempo de imobilização do veículo;

j) Custo por tipo de manutenção;

k) Custo global, mensal de serviços e peças;

6.11 Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica tipo Excel.

6.12 Disponibilizar acesso ao Sistema AUDATEX MOLICAR ou outro sistema hábil equivalente ou similar, composto por uma ferramenta que possibilita ao gestor/fiscal efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.

6.13 Na eventualidade da empresa prestadora dos serviços de gerenciamento de combustíveis se confundirem com a empresa prestadora dos serviços de gerenciamento de manutenção, deverá esta, estabelecer plataforma gerencial e sistemas apartados, assim como os valores dos Contratos/Atas de combustíveis e do contrato de manutenção, separados em valor de peças e serviços e por centro de custo.

6.14 Os prazos para execução das manutenções/reparos/conserto necessário nos veículos, motocicletas e máquinas, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a detentora da Ata de Registro de Preços, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não será superior a 72 (setenta e duas) horas, a partir da aprovação do orçamento;

6.15 Nos casos em que o orçamento de serviços e/ou peças não for aprovado no estabelecimento credenciado em que se encontra o veículo/máquina, o credenciado, terá o prazo



máximo de 24 (vinte e quatro) horas para remontar o veículo/máquina, para retirada do mesmo pelo município.

7 DA EXECUÇÃO

7.1 A detentora da Ata de Registro de Preços se responsabilizará pela execução dos serviços através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

7.2 A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos com fornecimento de peças e a implantação do sistema de gerenciamento de combustíveis deverá dar-se num prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da ordem de execução dos serviços a ser expedida pelo Município de Córrego Fundo, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web da detentora da Ata de Registro de Preços, pelos servidores autorizados vinculados ao Município.

7.3 Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da detentora da Ata de Registro de Preços e o operador - servidor autorizado do Município de Córrego Fundo, mediante opções de execução oferecidas (menus).

7.4 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso ao sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas do Município e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de veículos, motocicletas e máquinas do Município de Córrego Fundo.

7.5 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá disponibilizar sistemas tecnológicos de intendência, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:

- a) Ampla rede de loja, oficinas, auto peças e postos de combustíveis conveniados, em **Córrego Fundo, Belo Horizonte e Brasília**, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema;
- b) Implantação de sistema integrado, em ambiente web, para veículos, motocicletas e máquinas componentes da frota do Município de Córrego Fundo, proporcionando um controle eletrônico dos serviços de manutenção prestados pelas conveniadas;
- c) Controle informatizado de sistemas integrados de gestão de frotas possibilitando à detentora da Ata de Registro de Preços a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de manutenção da frota, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos;

7.6 A detentora da Ata de Registro de Preços tornará disponível acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota do Município de Córrego Fundo, cadastrando todos os veículos que a integram.

7.7 O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificados toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção, abastecimento e aquisição de peças originais.

7.8 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da detentora da Ata de Registro de Preços, utilizado no atendimento às demandas do Município de Córrego Fundo, não poderá ser superior a quatro horas úteis.

7.9 Serão considerados como USUÁRIO os servidores do Município de Córrego Fundo, sendo designados, caso a caso, para a operacionalização, fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a detentora da Ata de Registro de Preços tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema



web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do Município de Córrego Fundo.

7.10 O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos abastecimentos, dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração.

7.11 A contratada deverá CREDENCIAR postos, lojas, autopeças, oficinas e estabelecimentos, sempre que possível nas sedes do Município de Córrego Fundo.

7.12 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá credenciar e tornar disponível outros estabelecimentos para abastecimentos e manutenção preventiva e corretiva dos veículos do Município de Córrego Fundo, sempre que houver interesse do Município, observado os critérios estabelecidos neste Termo de Referência. O prazo para credenciamento será de 10 dias, a contar da solicitação do Município (unidade gestora).

7.13 Os postos e as oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão estar plenamente equipadas para abastecimentos, prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínas.

7.14 Os estabelecimentos da rede credenciada da detentora da Ata de Registro de Preços deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos combustíveis; serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

7.15 As oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão confeccionar *Check-list*, dos itens e acessório no interior do veículo no momento do recebimento e entrega do mesmo.

7.16 As oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, motocicletas e máquinas, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

7.17 As oficinas integrantes da rede pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

a) 06 (seis) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas conveniadas pela detentora da Ata de Registro de Preços, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

b) 06 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela detentora da Ata de Registro de Preços, onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

c) Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 06 (seis) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 12 (doze) meses;

7.18 As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.

7.19 Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o Município, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

a) Substituir o material defeituoso;

b) Corrigir defeitos de fabricação;

c) Trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação do Município.

7.20 Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas conveniadas pela detentora da Ata de Registro de Preços estarão sujeitos à aceitação pelo Município, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

a) Na hipótese prevista no item acima, as oficinas, lojas e autopeças conveniadas pela detentora da Ata de Registro de Preços, obrigar-se-ão a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais, acessórios ou serviços, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à contratada a não aceitação pelo Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços.

7.21 As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual material está sendo adquirido.

a) A detentora da Ata de Registro de Preços deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

7.22 No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do fiscal designado pelo Município.

7.23 A fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pelo Município, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.

7.24 A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

7.25 Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da detentora da Ata de Registro de Preços, e respectiva autorização pelo fiscal designado pelo Município, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

7.26 Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da detentora da Ata de Registro de Preços deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre o Município e as oficinas prestadora dos serviços, lojas, autopeças e postos de combustíveis.

7.27 O sistema web da detentora da Ata de Registro de Preços deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.

7.28 O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da detentora da Ata de Registro de Preços, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.

7.29 Será (ão) designado(s) pelo Município, como fiscal(is) da ATA/Contrato, servidor(es) para executar a gestão administrativa e financeira do termo, bem como operacionalmente, as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de representante(s) da Administração de que trata Art. 67 da Lei 8.666/93.

7.30 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o(s) fiscal(is) serão feitos sempre por escrito, por email institucional, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

7.31 Para a liberação de orçamento/compra/aquisição, com base no princípio da economicidade e eficiência, será considerado o menor valor orçado, incluindo as peças e serviços bem como o deslocamento do veículo, seja por guincho ou outro meio.



8 DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA

8.1 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer as garantias e segurança do sistema conforme a seguir:

- a) Gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos fiscalizadores indicados pelo Município.
- b) A autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;
- c) O bloqueio do uso da senha deverá ser *on-line* e a partir da base operacional definida pela detentora da Ata de Registro de Preços, mediante senha/rotina específica;
- d) Troca periódica ou validação de senha pessoal;
- e) Cancelamento e cadastramento de senha somente pela unidade autorizada, definida pelo Município solicitante.
- f) O Uso indevido de senha do veículo não autorizada, cancelada ou bloqueada pelo Município, será considerado falha do sistema e as despesas ficarão por conta da detentora da Ata de Registro de Preços.

9 DA MANUTENÇÃO

9.1 Os serviços previstos de mecânica, lataria, pintura, eletricidade, tapeçaria e chaveiro, que serão executados nos veículos oficiais do Município de Córrego Fundo, realizar-se-ão nas instalações do estabelecimento credenciado, após o recebimento da Autorização de Execução dos Serviços, expedida pelo Município.

9.2 A oficina/estabelecimento credenciada obrigar-se-á a devolver o veículo em perfeitas condições de funcionamento, realizando tais serviços com pessoal qualificado, mediante emprego técnico e ferramental adequado.

9.3 Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações recomendadas pela fabricante do veículo e eventuais complementações do Município, conforme documentos integrantes da Ata/Contrato e rigorosa observância aos demais detalhes e Autorização de Execução de Serviços emanadas e/ou aprovadas pelo Município, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços.

9.4 Realizar, inspeção de qualidade nas peças e acessórios fornecidos e nos serviços executados antes da entrega dos veículos, motocicletas e máquinas ao Município.

9.5 Fornecer sem qualquer ônus adicional, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários para a completa realização dos serviços.

9.6 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, as aquisições ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Município, decorrente de culpa do credenciado, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pelo Município, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia, mesmo após o vencimento da Ata/Contrato.

9.7 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela detentora da Ata de Registro de Preços, seus empregados, representantes ou prepostos ou subcontratada direta ou indiretamente, ao Município, à União, ao Estado ou à livre iniciativa, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisição com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo



depois do vencimento da Ata/Contrato, ficando o eventual custo com guincho a cargo da detentora da Ata de Registro de Preços/contratada.

9.8 Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos do Município, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto/roubo, incêndios ou acidentes, desde o momento da entrega do veículo para orçamento até o recebimento pelo Município.

9.9 Utilizar somente peças, materiais e acessórios genuínos ou originais não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização do Município.

9.10 Para fins deste prego serão consideradas:

a) Genuína: Peças que passaram pelo controle de qualidade das montadoras e foram direcionadas ao mercado de reposição;

b) Original: Peças com as mesmas especificações mecânicas (materiais e processos) das genuínas;

c) Mercado Paralelo: Todas as peças que não forem originais ou genuínas.

9.11 Independente do tipo peça autorizada para execução do serviço, esta deverá possuir garantia mínima nos mesmos prazos do contido no item que trata da garantia deste termo.

9.12 Para o montante das peças a serem trocadas, a detentora da Ata de Registro de Preços, através rede credenciada deverá fornecer orçamento contendo a relação de peças e valores para apreciação do Município, sendo que deverá discriminar o preço cotado de cada peça, obrigatoriamente, obedecendo ao preço sugerido pela fabricante do veículo, aplicando-se sobre ele o desconto previsto na proposta.

9.13 A detentora/contratada através da rede/estabelecimento credenciado se obriga a devolver ao Município todas peças substituídas e/ou inutilizadas na embalagem da nova peça adquirida, devidamente protegidas de qualquer vazamento de óleo, assim que o serviço for executado, e, antes da efetivação do pagamento daquele serviço.

9.14 Os veículos, motocicletas e máquinas mantidos deverão ser entregues lavados, com todos os equipamentos de segurança (equipamentos obrigatórios de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro) e em perfeitas condições de uso.

9.15 Os veículos dos Municípios só poderão ser testados, num raio de até 10km do local onde está sendo executado o serviço, cobertos por faixa ou adesivo com a inscrição "VEÍCULO EM TESTE", e as placas oficiais substituídas por placas de Experiência.

9.16 Quando da entrega dos veículos na oficina, seu recebimento será efetuado através de formulário próprio, em duas vias, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo (marca, modelo, cor, ano e placa); data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e estado de conservação dos pneus; acessórios instalados (rádio/CD, sirene, rádio comunicador, sinalizador automotivo, etc.) descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados; nome e assinatura das partes.

9.17 Constará necessariamente no formulário, que o veículo foi entregue com todos os acessórios e equipamentos obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), como também que sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria encontram-se em perfeito estado geral, sendo efetuadas no formulário ressalvas, no momento do recebimento do veículo pela detentora da Ata de Registro de Preços, caso haja alguma divergência ou avaria.

9.18 A devolução dos veículos mantidos será realizada mediante procedimento formal, através de recibo de entrega a servidores credenciados pelos Municípios.

9.19 O rol dos serviços exemplificativos não excluindo nenhum outro serviço necessário para bom funcionamento do veículo.

**MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

MECÂNICA GERAL	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, turbina, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins;
LANTERNAGEM	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para choques, carrocerias em alumínio (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins;
PINTURA / ESTUFA	Consiste em serviços de pintura automotiva externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivagem de caracterização de ambulâncias/veículos e todos os outros serviços afins;
CAPOTARIA	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins;
SISTEMA ELÉTRICO	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz e som (giroflex, kojack e sirene), (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para brisa e outros);
SISTEMA HIDRÁULICO	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros);
BORRACHARIA COMPLETA	Consiste em remendos, colagem em pneus com e sem câmara de ar, troca de pneus, câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins;
BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO, CAMBAGEM	Consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins;
SUSPENSÃO	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins;
INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS	Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos, assim como, o conserto e instalação de acessórios de som e imagem, tapetes, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate à incêndios;
VIDRACEIRO	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas e polimento dos para brisas e todos os outros serviços afins;
CHAVEIRO	Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins;
AR CONDICIONADO	Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins;
TROCA DE ÓLEO	Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com substituição dos elementos filtrantes (ar, combustível, óleo lubrificante).

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 Prestado o serviço, fornecido o produto, a peça ou acessório, o mesmo será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação constante no Termo de Referência, no prazo de três dias.

10.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis à custa do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório sendo a detentora/contratada responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela detentora/contratada, seus empregados, representantes ou prepostos ou subcontratada direta ou indiretamente, ao Município, à União, ao Estado ou à livre iniciativa,



inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisição com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento da Ata/Contrato, ficando o eventual custo com guincho a cargo da detentora da Ata de Registro de Preços/contratada.

10.3 Os bens serão recebidos definitivamente, no prazo de 15 dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

11 DAS OBRIGAÇÕES

11.1 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1.1** Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Termo;
- 11.1.2** Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, podendo sustar ou recusar o produto ou serviço em desacordo com as especificações;
- 11.1.3** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;
- 11.1.4** Exercer a fiscalização dos serviços e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n° 8.666/93;
- 11.1.5** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelo Município;
- 11.1.6** Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos na Ata de Registro de Preços/Contrato;
- 11.1.7** Disponibilizar equipamentos de informática (computador impressora e periféricos) bem como material de expediente e servidor para o gerenciamento do sistema no município.

11.2 DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.2.1 A detentora da Ata de Registro de Preços prestará os serviços objeto desta licitação e fornecerá as peças e produtos, em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando recursos tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigidas.

11.2.2 Será de inteira responsabilidade da detentora da Ata de Registro de Preços todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.

11.2.3 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, relação completa dos postos, lojas, autopeças, oficinas e outros estabelecimentos credenciados e comunicar ao Município qualquer acréscimo ou supressão ocorrida.

11.2.4 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá disponibilizar treinamento adequado à rede de postos de combustíveis credenciada de forma a garantir que seja realizada a atualização diária dos preços no sistema online para a correta informação dos dados no sistema informatizado;

11.2.5 A detentora da Ata de Registro de Preços terá obrigação de credenciar somente postos de combustíveis que possuam e que mantenham regular registro e autorização junto à ANP devendo exigir a comprovação no ato do credenciamento;



11.2.6 A detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a executar os serviços objeto desta licitação de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental e recursos humanos e tecnológicos apropriados, devendo dispor de infraestrutura e equipe técnica exigidas.

11.2.7 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá fazer uma apresentação ilustrativa do funcionamento da senha e dos protocolos de atendimento a serem observados no ambiente web em até 07 (sete) dias da ordem de execução dos serviços a ser expedida pelo setor de Compras do Município, no local e horário por eles determinados.

11.2.8 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pelo Município, conforme a necessidade.

11.2.9 O estabelecimento credenciado deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Município, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

11.2.10 O estabelecimento credenciado responsabiliza-se pela guarda e segurança dos veículos enviados para manutenção nas oficinas credenciadas, ressarcindo ao Município quaisquer danos que venham a ocorrer a esse, para os quais não tenham concorrido.

11.2.11 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá nomear e manter preposto para representá-la perante o Município e assisti-la em todas as questões relativas à execução da ata de registro de Preços/contrato.

11.2.12 A detentora da Ata de Registro de Preços se responsabilizará pela permanente manutenção da validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais.

11.2.13 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente da Ata/Contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

11.2.14 Os estabelecimentos credenciados, deverá disponibilizar no que diz respeito a operação dos recursos do sistema inclusive com a importância do fornecimento de relação de peças/serviços e orçamentos no prazo máximo de 6 (seis) horas.

11.2.15 O estabelecimento credenciado deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado, originário da contratação, obedecendo aos seguintes procedimentos:

11.2.15.1 Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com os produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

11.2.15.2 Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

11.2.15.3 Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente



autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

11.2.16 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá gerar, em base mensal, Nota Fiscal única por secretaria e recursos financeiros/orçamentários, com a consolidação financeira das peças, produtos e serviços efetuados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência.

11.2.17 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá entregar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor dos produtos e peças adquiridas e dos serviços prestados, descontos praticados e/ou taxa de administração se houverem, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal devidamente válidas, ao Fiscal do Contrato que a atestará e encaminhará ao setor competente.

11.2.18 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá acatar todas as orientações do Município sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo da Ata/Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual.

11.2.19 A detentora da Ata de Registro de Preços, independentemente da atuação do Fiscal da Ata/Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto ao fornecimento de produtos, peças e à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

11.2.20 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá manter durante a vigência da Ata/Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, em conformidade ao artigo 195, § 3º da Constituição Federal.

11.2.21 A detentora da Ata de Registro de Preços assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações detentora/contratada.

11.2.22 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas, além da previsão inicial sem qualquer ônus adicional.

11.2.23 A detentora da Ata de Registro de Preços arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando o Município de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução da Ata/Contrato.

11.2.24 A detentora da Ata de Registro de Preços será vedado, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes as peças, produtos e aos serviços objeto do contrato para terceiros.

11.2.25 A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Município.

11.2.26 A detentora da Ata de Registro de Preços responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

11.2.27 O estabelecimento credenciado obriga-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, produtos, peças e serviços objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações, inclusive serviços de guincho, se pelo vício houver necessidade.



11.2.28 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá facilitar a ação de fiscalização do Município, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação do fornecimento de produtos, peças e serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por eles apresentadas.

11.2.29 A detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração.

11.2.30 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal referentes as peças, produtos e serviços por parte de representante designado da Administração.

11.2.31 A detentora da Ata de Registro de Preços se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada pelas peças, produtos e serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais veículos do Município.

11.2.32 São da exclusiva responsabilidade da detentora da Ata de Registro de Preços todas as despesas com:

11.2.32.1 Disponibilidade de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência; · Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

11.2.32.2 Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços;

11.2.32.3 Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato.

11.2.32.4 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá treinar e capacitar os servidores indicados pelo Município a utilizar todos os recursos do sistema.

11.2.32.5 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto da Ata/Contrato.

11.2.32.6 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá providenciar o credenciamento de lojas, autopeças, postos, oficinas e estabelecimentos em localidades onde sejam solicitadas pelo Município, que venham a ser de seu interesse, por razões operacionais, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso, atendendo às solicitações do Fiscal do Contrato, sem custos adicionais.

11.2.32.7 Durante toda a execução da Ata/Contrato, deverá ser mantida, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.32.8 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

11.2.32.9 Prestar aos veículos, motocicletas e máquinas do Município os seguintes serviços, através dos estabelecimentos credenciados e conforme termo de referência além de peças, acessórios, pneus, filtros e combustíveis:

- a) assistência mecânica;
- b) manutenção corretiva e preventiva;
- c) revisão;
- d) assistência e reparos no sistema elétrico;



- e) lanternagem em geral, pintura e funilaria;
- f) substituição e instalação de peças e acessórios (utilizando-se obrigatoriamente preços de mercado);
- g) vidraçaria, capotaria e tapeçaria;
- h) troca de óleo, elementos filtrantes e lubrificantes;
- i) chaveiro;
- j) vistorias;

11.2.32.10 Permitir ao servidor credenciado pelo Município fiscalizar os serviços objeto deste contrato, que tiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

11.2.32.11 Fornecer ao Município, através da rede credenciada, bem como utilizar no serviço de reposição de peças em seus veículos, peças e acessórios originais, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de veículos fora de linha de fabricação de peças novas;

11.2.33 Exigir que o estabelecimento credenciado devolva ao Município, as peças, materiais e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos realizados;

11.2.34 Fornecer ao Setor Administrativo/Compras/Frota do Município todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento da Ata/Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, a Lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal;

11.2.35 Exigir que o estabelecimento credenciado devolva forneça Nota Fiscal do serviço efetuado na hora da entrega do veículo, juntamente com o mesmo, bem como cópia da nota fiscal das peças adquiridas para o conserto, discriminando marca, modelo e garantia do serviço prestado e peças adquiridas;

11.2.36 A rede credenciada NÃO poderá colar nos veículos decalques ou adesivos com propaganda próprios da detentora da Ata de Registro de Preços ou de terceiros;

11.2.37 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05(cinco) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

11.2.38 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.2.39 Capacitar os estabelecimentos credenciados, no que diz respeito a operação dos recursos do sistema inclusive com a importância do fornecimento de relação de peças/serviços e orçamentos no prazo máximo de 6 (seis) horas.

11.2.40 Dar plena e fiel execução a ata de registro de preços/contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;

11.2.41 Atender ao chamado do Município para assinatura do Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação por escrito que poderá ser enviada por correio eletrônico;

11.2.42 Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, o objeto ora contratado, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as obrigações decorrentes da ata/contrato.

11.2.43 Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.



- 11.2.44** Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- 11.2.45** Comprovar ao Município os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- 11.2.46** Arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo também as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias;
- 11.2.47** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a prestação do serviço.
- 11.2.48** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a prestação do serviço.
- 11.2.49** Responsabilizar-se, sob pena de retenção de pagamento, por todas os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato assumidas com terceiros para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços e/ou o contrato tendo em vista a responsabilidade solidária prevista no § 2º, art. 71 da Lei 8666/93⁹, inciso V, da Súmula 331 do TST¹⁰ e entendimento do TCU¹¹ e STJ¹² que privilegia inclusive, a retenção do pagamento.
- 11.2.50** Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
- 11.2.51** Fornecer condições que possibilitem a prestação do serviço, a partir da data da ordem de serviço emitida pelo Município;
- 11.2.52** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 11.2.53** Prestar esclarecimentos à Administração Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação;
- 11.2.54** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos produtos;
- 11.2.55** Realizar demonstração técnica, com instruções sobre os procedimentos necessários à execução do objeto e suas funcionalidades, em prazo não superior a 07 (sete) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 11.2.56** A contratada deverá apresentar os seguintes documentos como condição para assinatura do contrato:
- 11.2.56.1** Apresentar declaração emitida pelo Departamento de Frotas que realizou a demonstração técnica conforme exigência do edital.
- 11.2.57** A DETENTORA/CONTRATADA deverá realizar a implantação completa do sistema (com treinamentos e cadastros) sem qualquer ônus para o Município **no prazo máximo de 15 (quinze) dias** após a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 11.2.58** Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

⁹ Art. 71, § 2º Lei 8.666/93. (...) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do [art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

¹⁰ Súmula nº 331 do TST - **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.**

¹¹ TCU: Acórdão nº 1.009/2011-Plenário. Acórdão nº 947/2010-Plenário. Acórdão nº 3.961/2010-1ª Câmara. Acórdão nº 4.248/2011-1ª Câmara.

¹² ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ESTADO. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 71, §1º, DA LEI N. 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. RETENÇÃO DE VERBAS DEVIDAS PELO PARTICULAR. LEGITIMIDADE. (REsp 1241862/RS, Rel. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011)



12 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS

12.1 O prazo de vigência/validade da ata de registro de preços será de doze meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, iniciando sua vigência na data de sua formalização;

12.2 A vigência dos contratos decorrentes do Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93.

12.3 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

12.4 Por se tratar de Registro de preços, no qual não existe a possibilidade de se mensurar quais os produtos, as peças e serviços que serão utilizados bem como o quantitativo necessário, o Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho nos termos do Art. 62 da Lei 8.666/93;

12.5 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços o Município não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais, produtos e serviços objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, deste fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

13 DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Em caso da licitante vencedora não assinar a Ata, reservar-se-á ao Município o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas à primeira colocada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.

13.2 Até a assinatura da Ata, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o Município de Córrego Fundo tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.3 Ocorrendo à desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o Município de Córrego Fundo poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.

13.4 A Ata a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser cancelada a qualquer tempo, independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

13.5 A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito do Município desde que não afete a boa execução da Ata.

13.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

13.7 O fornecedor do produto, peças ou serviços deverá providenciar e encaminhar ao Município, sempre que se fizer necessário, os documentos que se encontrarem vencidos no procedimento licitatório.

14 O PRAZO DE EXECUÇÃO

14.1 Para o fornecimento de combustíveis, o prazo de abastecimento é imediato (minutos) no ato de estacionamento do veículo ou máquina no posto de combustível credenciado e somente mediante a apresentação do cartão do veículo/máquina e senha exclusiva do condutor;



14.2 Para o fornecimento de peças, pneus, filtros, lubrificantes e acessórios em geral, o prazo será de até 05 (cinco) dias após a autorização pelo Município;

14.3 Os prazos para execução das manutenções/reparos/conserto necessário nos veículos, motocicletas e máquinas, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a detentora da Ata de Registro de Preços, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não será superior a 72 (setenta e duas) horas, a partir da aprovação do orçamento;

14.4 Nos casos em que o orçamento de serviços e/ou peças não tiver sido aprovado no estabelecimento credenciado em que se encontra o veículo/máquina, o credenciado, terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para remontar o veículo/máquina, para retirada do mesmo pelo município.

15 DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

15.1 A fiscalização do Contrato caberá a Fiscal do Contrato nomeado pela Portaria nº 20/2018. A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

15.2 A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

16 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

16.1.1 Pela Administração, quando:

16.1.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

16.1.1.2 A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

16.1.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

16.1.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

16.1.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

16.1.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

16.1.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

16.2 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceite as razões do pedido.

16.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

16.4 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;



17 DA RESCISÃO CONTRATUAL:

17.1 A contratação objeto deste Termo de Referência poderá ser rescindida:

17.1.2 Por ato unilateral e escrito do Município, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

17.1.3 Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

17.1.4 Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

17.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

17.3 Ocorrendo a rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, o Município responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela detentora/contratada até a data da rescisão.

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Termo de Referência correrão à conta dos recursos orçamentários constantes das dotações:

Ficha 10 – 04.12.2040.2.2.101.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários
Ficha 11 – 04.12.2040.2.2.101.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 87 – 04.18.1060.1.2.106.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 88 – 04.18.1060.1.2.106.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 95 – 06.12.1040.2.2.112.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 96 – 06.12.1040.2.2.112.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 115 – 04.12.3040.2.2.300.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 116 – 04.12.3040.2.2.300.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 139 – 12.12.2121.4.2.300.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 140 – 12.12.2121.4.2.300.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 155 – 12.36.1120.2.1.505.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 156 – 12.36.1120.2.1.505.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 164 – 12.36.1120.2.2.506.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 165 – 12.36.1120.2.2.506.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 180 – 12.36.1121.1.2.512.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 181 – 12.36.1121.1.2.512.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 196 – 12.36.5120.5.2.517.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos ordinários
Ficha 197 – 12.36.5120.5.2.517.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos ordinários
Ficha 205 – 12.36.5120.5.2.525.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 206 – 12.36.5120.5.2.525.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.01.00 – Ensino 25%.
Ficha 225 – 12.36.1120.2.2.507.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 226 – 12.36.1120.2.2.507.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 236 – 12.36.1121.1.2.511.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 237 – 12.36.1121.1.2.511.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 244 – 12.36.5120.5.2.521.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 245 – 12.36.5120.5.2.521.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 255 – 12.36.5120.5.2.526.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 255 – 12.36.5120.5.2.526.3.3.96.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 266 – 12.36.7120.7.2.532.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 267 – 12.36.7120.7.2.532.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.19.00 – FUNDEB 40%.
Ficha 282 – 12.36.1120.2.2.509.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.47.00 – Salário Educação.
Ficha 283 – 12.36.1120.2.2.509.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.47.00 – Salário Educação.
Ficha 292 – 12.36.1120.2.2.522.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 293 – 12.36.1120.2.2.522.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 299 – 12.36.1120.2.2.989.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 300 – 12.36.1120.2.2.989.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 303 – 12.36.1121.1.2.513.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.45.00 – Transf. FNDE - PNATE.
Ficha 304 – 12.36.1121.1.2.513.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.45.00 – Transf. FNDE - PNATE.
Ficha 307 – 12.36.1121.1.2.514.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.22.00 – Transf. Convênios - Educação.
Ficha 308 – 12.36.1121.1.2.514.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.22.00 – Transf. Convênios - Educação.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

Ficha 316 – 12.36.3121.4.2.515.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 317 – 12.36.3121.4.2.515.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 326 – 12.36.5120.5.2.530.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 327 – 12.36.5120.5.2.530.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.46.00 – Outras Transf. FNDE.
Ficha 345 – 10.12.2100.3.2.600.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 346 – 10.12.2100.3.2.600.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 355 – 10.12.2100.3.2.634.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 356 – 10.12.2100.3.2.634.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 367 – 10.30.1100.3.2.623.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 368 – 10.30.1100.3.2.623.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 396 – 10.30.1100.3.2.652.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 415 – 10.30.4100.3.2.649.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 416 – 10.30.4100.3.2.649.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.02.00 – Saúde 15%.
Ficha 432 – 10.30.1100.2.2.620.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.48.00 – Transf. SUS Atenção Básica.
Ficha 433 – 10.30.1100.2.2.620.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.48.00 – Transf. SUS Atenção Básica.
Ficha 439 – 10.30.1100.2.2.953.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 440 – 10.30.1100.2.2.953.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 444 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 445 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 446 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 447 – 10.30.1100.2.2.957.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.23.00 – Transf. Convênios - Saúde.
Ficha 455 – 10.30.1100.2.2.958.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.54.00 – Outras Transf. Recursos SUS.
Ficha 456 – 10.30.1100.2.2.958.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.54.00 – Outras Transf. Recursos SUS.
Ficha 481 – 10.30.4100.2.2.651.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.50.00 – Transf. SUS – Vigilância Saúde.
Ficha 482 – 10.30.4100.2.2.651.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.50.00 – Transf. SUS – Vigilância Saúde.
Ficha 490 – 10.30.4100.2.2.956.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.55.00 – Outras Transf. Fundo Est.Saúde.
Ficha 497 – 04.12.2040.2.2.700.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 498 – 04.12.2040.2.2.700.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 507 – 04.12.2040.2.2.709.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.16.00 – Contribuição Cide.
Ficha 508 – 04.12.2040.2.2.709.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.16.00 – Contribuição Cide.
Ficha 509 – 04.12.2040.2.2.709.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 520 – 04.12.2040.2.2.800.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 521 – 04.12.2040.2.2.800.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 551 – 15.45.1260.1.2.710.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.57.00 – Multas de Transito.
Ficha 552 – 15.45.1260.1.2.710.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.57.00 – Multas de Transito.
Ficha 600 – 20.60.8200.1.2.805.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 601 – 20.60.8200.1.2.805.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 628 – 04.12.2040.2.2.591.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 629 – 04.12.2040.2.2.591.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 703 – 04.12.2040.2.2.900.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 704 – 04.12.2040.2.2.900.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 713 – 08.24.3080.2.2.930.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 714 – 08.24.3080.2.2.930.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 727 – 08.24.3080.2.2.967.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 728 – 08.24.3080.2.2.967.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 736 – 08.24.3080.2.2.974.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 737 – 08.24.3080.2.2.974.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.29.00 – Transf. Recursos FNAS.
Ficha 743 – 08.24.4000.7.2.961.3.3.90.36.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.
Ficha 744 – 08.24.4000.7.2.961.3.3.90.39.00 – Fonte de Recurso: 1.00.00 – Recursos Ordinários.

19 DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO:

19.1 O valor (taxa percentual) contratual será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

19.2 Após o 12º mês de vigência, sendo o contrato prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93, o mesmo **podará** ser reajustado, pela aplicação do INPC acumulado nos últimos doze meses.

20 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:



20.1 A detentora da Ata de Registro de Preços se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata/contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

21 DA ADESÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPAM DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública municipal, estadual ou federal, direta ou indireta, autárquica e fundacional que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na legislação federal e/ou municipal pertinentes.

21.2 A solicitação de adesão por quaisquer órgãos, deverá ser formalizada nos autos do certame licitatório devendo expressar claramente os objetivos pretendidos.

21.3 Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da adesão solicitada, anuindo ao pedido de adesão expressamente, desde que a adesão não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Município de Córrego Fundo.

21.4 Nenhuma adesão à ata de registro de preços poderá ser realizada sem a anuência expressa do Município e da licitante detentora.

21.5 O Município poderá, a seu critério, rejeitar qualquer adesão, em especial, quando os quantitativos para os preços registrados, se mostrarem adequados apenas à demanda do Município. Só poderá ser autorizada adesão de quantitativos que excederem às necessidades desta Administração Municipal.

21.6 Caberá aa licitante detentora o envio e a atualização de quaisquer documentos de habilitação, ao órgão que solicitar à adesão.

21.7 Os documentos internos necessários à adesão, serão disponibilizados pelo Município aos que lograrem êxito na adesão, via correio eletrônico.

22 DO PAGAMENTO

22.1 O Município de Córrego Fundo pagará à licitante detentora/contratada o valor constante na sua proposta de preços, considerados os eventuais lances verbais que forem apresentados, nestes já consideradas todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc.).

22.2 O pagamento mensal corresponderá ao percentual da taxa de administração ofertado pela DETENTORA/CONTRATADA e incidirá sobre o valor mensal do faturamento, conforme especificado na Proposta Comercial apresentada no Pregão Presencial.

22.3 O valor mensal do faturamento corresponderá aos preços à vista dos produtos e/ou da prestação de serviços nas lojas, estabelecimentos, postos e oficinas credenciadas, na data em que ocorreu cada venda ou prestação de serviço, em conformidade com documento comprobatório (nota fiscal e/ou cupom fiscal, ou outro similar) a ser emitido no momento da venda e/ou da manutenção do veículo, motocicleta ou máquinas, bem como o relatório apresentado pela DETENTORA/CONTRATADA.

22.4 O percentual da taxa de administração permanecerá fixo e inalterável durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato.

22.5 As lojas, postos, estabelecimentos e oficinas entre outros que fizerem parte da rede credenciada deverão ser pagas pela DETENTORA/CONTRATADA, inexistindo qualquer relação financeira entre o estabelecimento que integrar a rede credenciada e o Município de Córrego Fundo/MG.



22.6 Os pagamentos à DETENTORA/CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva venda/aquisição e/ou prestação dos serviços nas condições especificadas na Ata de Registro de Preços e/ou no Contrato, que será comprovada por meio do relatório de vendas/aquisição e serviços a ser expedido pelo responsável da fiscalização acompanhado da respectiva OF - Ordem de Fornecimento, Nota Fiscal e documentos comprobatórios da despesa.

22.7 A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter atualizado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a vigência dos documentos de habilitação, em especial os de regularidade fiscal, trabalhista, falência e concordata, encaminhando cópia destes documentos em anexo à nota fiscal eletrônica, para fins agilidade na liberação dos pagamentos.

22.8 A CONTRATADA deverá apresentar à Gerência de Frotas do Município, até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento/execução do objeto, a correspondente nota fiscal eletrônica, documentos comprobatórios da despesa, sempre acompanhados dos documentos fiscais e tributários devidos, sem prejuízo dos previstos na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

22.9 Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a data de recebimento dos documentos de cobrança, devidamente atestado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

22.10 A nota fiscal eletrônica será emitida pela DETENTORA/CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

22.11 As notas fiscais serão emitidas mediante a (s) NAF - Nota de Autorização de Fornecimento que será (ão) enviada (s) para a detentora/contratada via correio eletrônico.

22.11.1 Poderão serem emitidas quantas NAF - Nota de Autorização de Fornecimentos forem necessárias a depender da execução do objeto, da Secretaria solicitante e dos recursos orçamentários e financeiros para o respectivo pagamento.

22.11.2 Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada NAF - Nota de Autorização de Fornecimento.

22.12 O documento fiscal da detentora/contratada conterà em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e ano da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a descrição precisa do objeto entregue/executado e o mês de referências destes.

22.13 Caso a DETENTORA/CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal eletrônica e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

22.14 O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal eletrônica, mormente no que tange a valores das aquisições e dos serviços prestados, deverá devolvê-la à DETENTORA/CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação / substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

22.15 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da DETENTORA/CONTRATADA, seja relativa à execução do objeto seja quanto a documento exigido para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da execução do objeto.

22.16 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal eletrônica, a DETENTORA/CONTRATADA dará ao Município pleno, geral e irretroatável quitação da remuneração referente à aquisição de peças e à prestação de serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

22.17 O percentual máximo a ser pago pela taxa de administração não será superior a 1,00% (um por cento) e será o percentual máximo do edital.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

23 DISPOSIÇÕES FINAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

23.1 O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, Lei 8.666/93 e Decreto 3.555/2000.

23.2 O objeto a ser contratada se caracteriza como de natureza continuada e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do Art. 57, II da lei 8.666/93, limitado à 60 (sessenta) meses.

23.3 Dúvidas sobre os orçamentos e ou especificação Do objeto e demais necessidades, estaremos à disposição para esclarecimentos.

Córrego Fundo/MG, 03 de setembro de 2018.

**Aline Patrícia da Silveira Leal
Pregoeira**

**Flávio Augusto Teixeira
Controlador Municipal**



ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____ SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____ residente a _____, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____ residente a _____, a quem confere amplos poderes para junto à Prefeitura Municipal de Córrego Fundo praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018**, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Local e data.

Assinatura e carimbo de CNPJ

Reconhecer firma assinatura



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 038/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 003/2018

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____ SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____ residente a _____, **DECLARA** para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

() Sim

() Não

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 038/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 003/2018
NATUREZA: REGISTRO DE PREÇOS

Declaro, sob as penas da lei, a inexistência de fatos Impeditivos que obstaculizem a habilitação no **Pregão nº 003/2018**, da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____ SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____ residente a _____ nos comprometendo a comunicar quaisquer ocorrências supervenientes.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 038/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 003/2018
NATUREZA: REGISTRO DE PREÇOS

A _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____ SSP/_____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____ residente a _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que *cumpra os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.*

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 038/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 003/2018
NATUREZA: REGISTRO DE PREÇOS

Eu _____, portador do RG _____ e CPF _____, representante devidamente constituído da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, **DECLARO** cumprir plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018**, em acordo com a Lei 10.520/02, Art. 4, inciso VII.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



ANEXO VII

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N °/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2018

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos dias do mês de do ano de 2018, O MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Centro, CÓRREGO FUNDO/MG, CEP 35.578-000, inscrito no CNPJ sob o número 01.614.862/0001-77, neste ato representado pela Prefeita, Érica Maria Leão Costa, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao **Pregão Presencial 003/2018**, que objetiva o Registro de Preços para a futura e eventual **contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município de Córrego Fundo/MG, com fornecimento de peças genuínas e/ou originais, suprimentos, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, serviços de guincho 24hs, alinhamento e balanceamento, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços, em conformidade com o Termo de Referência, visando a formação de registro de Preços**, sendo observados as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLAÚSULA I – DO OBJETO

a) Fica registrado neste Município de Córrego Fundo/MG o preço do (s) fornecedor (s) abaixo relacionado objetivando Registro de Preços para a futura e eventual **contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município de Córrego Fundo/MG, com fornecimento de peças genuínas e/ou originais, suprimentos, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, serviços de guincho 24hs, alinhamento e balanceamento, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços, em conformidade com o Termo de Referência, visando a formação de registro de Preços**, compreendendo:

1. Serviços de manutenção da frota em oficinas credenciadas, compreendendo no mínimo: troca de óleo, troca de filtro, serviço de borracharia, lavagem, lubrificação geral, mecânica em geral, elétrica, funilaria, lanternagem, pintura, retífica, capotaria, serviço de guincho 24h, alinhamento e balanceamento, conserto e reparo de mangueiras hidráulicas.

2. Fornecimento de peças, acessórios e suprimentos por lojas e estabelecimentos credenciados, compreendendo no mínimo: fornecimento de peças originais e/ou genuínas, acessórios, suprimentos, pneus, filtros, óleos e lubrificantes.

3. Serviços de abastecimento da frota em postos de combustíveis credenciados em todo o território nacional por meio de sistema eletrônico com a utilização de cartões magnéticos ou micro processado (chip) compreendendo: todos os veículos, máquinas, ferramentas elétricas, motocicletas e outros equipamentos movidos à gasolina, diesel comum, diesel S10 e etanol com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

4. Registro informatizado dos dados de manutenções disponíveis para consulta via WEB e em tempo real;
 5. Fornecimento de dados e relatórios que possibilitem a administração e o controle da frota de veículos;
 6. Disponibilização de equipe especializada para a avaliação de cada orçamento.
- b) Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Termo de Referência do edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela DETENTORA no Processo Licitatório nº 038/2018, Pregão Presencial nº 003/2018 - Registro de Preços.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- a) A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, com termo inicial em ___/___/___ e termo final em ___/___/___.
- b) Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o **Município de Córrego Fundo/MG** não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- c) Nos termos do § 4º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Município não será obrigado a efetuar a aquisição e contratação, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na cláusula primeira, podendo utilizar para tanto, outros meios, desde que permitidos por lei, sem que de fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

CLAÚSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- a) A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública municipal, estadual ou federal, direta ou indireta, autárquica e fundacional que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na legislação federal e/ou municipal pertinentes.
- b) A solicitação de adesão por quaisquer órgãos deverá ser formalizada nos autos do certame licitatório devendo expressar claramente os objetivos pretendidos.
- c) Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da adesão solicitada anuindo ao pedido de adesão expressamente, desde que a adesão não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Município de Córrego Fundo.
- d) Nenhuma adesão à ata de registro de preços poderá ser realizada sem a anuência expressa do Município e da detentora da Ata de Registro de Preços.
- e) O Município poderá, a seu critério, rejeitar qualquer adesão, em especial, quando os quantitativos para os preços registrados, se mostrarem adequados apenas à demanda do Município. Só poderá ser autorizada adesão de quantitativos que excederem às necessidades desta Administração Municipal.
- f) Caberá à detentora o envio e a atualização de quaisquer documentos de habilitação, ao órgão que solicitar à adesão.
- g) Os documentos internos necessários à adesão serão disponibilizados pelo Município via email aos solicitantes que lograrem êxito na adesão.

CLÁUSULA IV – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

a) O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município, no seu aspecto operacional e à Procuradoria, nas questões legais.

CLAÚSULA V – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (PREÇO) E DOS FORNECEDORES

a) O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial nº 003/2018**.

FORNECEDOR 01					
Razão Social					
Endereço					
CNPJ					
Email/faxsimile					
Item	Descrição	Valor estimado sem a Taxa de Administração	Percentual da Taxa	Valor da Taxa em R\$	Valor Total com Percentual de Desconto/Taxa

b) Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

c) Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018**, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, os quais estão expressos na Tabela acima.

CLÁUSULA VI – DOS PEDIDOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO

a) O objeto desta licitação deverá ser executado em estrito acordo com o previsto no Termo de Referência e nos exatos termos da Licitação **Pregão Presencial nº 003/2018**.

b) A Ordem de Fornecimento e/ou a Nota de Empenho poderá substituir o contrato nos termos do Art. 62, § 4º da Lei 8.666/93.

c) Para o fornecimento de combustíveis, o prazo de abastecimento é imediato (minutos) no ato de estacionamento do veículo ou máquina no posto de combustível credenciado e somente mediante a apresentação do cartão do veículo/máquina e senha exclusiva do condutor;

d) Para o fornecimento de peças, pneus, filtros, lubrificantes e acessórios em geral, o prazo será de até 05 (cinco) dias após a autorização pelo Município;

e) Os prazos para execução das manutenções/repares/conserto necessário nos veículos, motocicletas e máquinas, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a detentora da Ata de Registro de Preços, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não será superior a 72 (setenta e duas) horas, a partir da aprovação do orçamento.

f) Nos casos em que o orçamento de serviços e/ou peças não for aprovado no estabelecimento credenciado em que se encontra o veículo/máquina, o credenciado, terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para remontar o veículo/máquina, para retirada do mesmo pelo município.

g) Nos termos do art. 15º, § 4º da Lei 8.666/93 o Município de CÓRREGO FUNDO/MG não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação específica, ou outra homologada, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

h) A detentora da Ata de Registro de Preços se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

i) A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos com fornecimento de peças e a implantação do sistema de gerenciamento de combustíveis deverá dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da ordem de execução dos serviços a ser expedida pelo Município de Córrego Fundo, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web da detentora da Ata de Registro de Preços, pelos servidores autorizados vinculados ao Município.

j) Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da detentora da Ata de Registro de Preços e o operador - servidor autorizado do Município de Córrego Fundo, mediante opções de execução oferecidas (menus).

k) A detentora da Ata de Registro de Preços deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso ao sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas do Município no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de veículos, motocicletas e máquinas do Município de Córrego Fundo.

l) A detentora da Ata de Registro de Preços deverá disponibilizar sistemas tecnológicos de intendência, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:

1. Ampla rede de loja, oficinas, auto peças e postos de combustíveis conveniados, em **Córrego Fundo, Belo Horizonte e Brasília**, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema;
2. Implantação de sistema integrado, em ambiente web, para veículos, motocicletas e máquinas componentes da frota do Município de Córrego Fundo, proporcionando um controle eletrônico dos serviços de manutenção prestados pelas conveniadas;
3. Controle informatizado de sistemas integrados de gestão de frotas possibilitando à detentora da Ata de Registro de Preços a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de manutenção da frota, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos;

m) A detentora da Ata de Registro de Preços tornará disponível acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota do Município de Córrego Fundo, cadastrando todos os veículos que a integram.

n) O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificados toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção, abastecimento e aquisição de peças originais.

o) O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da detentora da Ata de Registro de Preços, utilizado no atendimento às demandas do Município de Córrego Fundo, não poderá ser superior a quatro horas úteis.

p) Serão considerados como USUÁRIO os servidores do Município de Córrego Fundo, sendo designados, caso a caso, para a operacionalização, fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a detentora da Ata de Registro de Preços tomará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do Município de Córrego Fundo.



- q) O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos abastecimentos, dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração.
- r) A contratada deverá CREDENCIAR postos, lojas, autopeças, oficinas e estabelecimentos, sempre que possível na sede do Município de Córrego Fundo.
- s) A detentora da Ata de Registro de Preços deverá credenciar e tornar disponível outros estabelecimentos para abastecimentos e manutenção preventiva e corretiva dos veículos do Município de Córrego Fundo, sempre que houver interesse do Município, observado os critérios estabelecidos neste Termo de Referência. O prazo para credenciamento será de 10 dias, a contar da solicitação do Município (unidade gestora).
- t) Os postos e as oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão estar plenamente equipadas para abastecimentos, prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínos.
- u) Os estabelecimentos da rede credenciada da detentora da Ata de Registro de Preços deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos combustíveis; serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.
- v) As oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão confeccionar *Check-list*, dos itens e acessório no interior do veículo no momento do recebimento e entrega do mesmo.
- w) As oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, motocicletas e máquinas, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.
- x) As oficinas integrantes da rede pela detentora da Ata de Registro de Preços deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:
1. 06 (seis) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas conveniadas pela detentora da Ata de Registro de Preços, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) fatura(s);
 2. 06 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela detentora da Ata de Registro de Preços, onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);
 3. Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 06 (seis) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 12 (doze) meses;
- y) As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.
- z) Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o Município, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:
1. Substituir o material defeituoso;
 2. Corrigir defeitos de fabricação;
 3. Trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação do Município.
- 16.1.1.6.1.1** Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas conveniadas pela detentora da Ata de Registro de Preços estarão sujeitos à aceitação pelo Município, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.
- 16.1.1.6.1.2** Na hipótese prevista no item acima, as oficinas, lojas e autopeças conveniadas pela detentora da Ata de Registro de Preços, obrigar-se-ão a fazer os serviços, bem como providenciar a



substituição das peças, materiais, acessórios ou serviços, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à contratada a não aceitação pelo Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços.

16.1.1.6.1.3 As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual material está sendo adquirido.

16.1.1.6.1.4 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

16.1.1.6.1.5 No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do fiscal designado pelo Município.

16.1.1.6.1.6 A fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pelo Município, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.

16.1.1.6.1.7 A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

16.1.1.6.1.8 Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da detentora da Ata de Registro de Preços, e respectiva autorização pelo fiscal designado pelo Município, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

16.1.1.6.1.9 Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da detentora da Ata de Registro de Preços deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre o Município e as oficinas prestadora dos serviços, lojas, autopeças e postos de combustíveis.

16.1.1.6.1.10 O sistema web da detentora da Ata de Registro de Preços deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.

16.1.1.6.1.11 O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da detentora da Ata de Registro de Preços, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.

16.1.1.6.1.12 Será (ão) designado(s) pelo Município, como fiscal(is) da ATA/Contrato, servidor(es) para executar a gestão administrativa e financeira do ATA/contrato, bem como operacionalmente, as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização da Ata/contrato, desempenhando o papel de representante(s) da Administração de que trata Art. 67 da Lei 8.666/93.

16.1.1.6.1.13 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o(s) fiscal(is) serão feitos sempre por escrito, por email institucional, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

CLAÚSULA VII – DA FISCALIZAÇÃO



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

- a. A fiscalização será exercida por representante da Município, denominado FISCAL, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência à detentora/contratada (Art. 67 de Lei n.º 8.666/93).
- b. A fiscalização será exercida pelo fiscal do contrato nomeado pela Portaria nº 020/2018
- c. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora/contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas (Art. 70, da Lei 8.666/93).
- d. O Município se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO

- a. O Município de Córrego Fundo pagará à licitante detentora/contratada o valor constante na sua proposta de preços, considerados os eventuais lances verbais que forem apresentados, nestes já consideradas todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc.).
- b) O pagamento mensal corresponderá ao percentual da taxa de administração ofertado pela DETENTORA/CONTRATADA e incidirá sobre o valor mensal do faturamento, conforme especificado na Proposta Comercial apresentada no Pregão Presencial.
- c) O valor mensal do faturamento corresponderá aos preços à vista dos produtos e/ou da prestação de serviços nas lojas, estabelecimentos, postos e oficinas credenciadas, na data em que ocorreu cada venda ou prestação de serviço, em conformidade com documento comprobatório (nota fiscal e/ou cupom fiscal, ou outro similar) a ser emitido no momento da venda e/ou da manutenção do veículo, motocicleta ou máquinas, bem como o relatório apresentado pela DETENTORA/CONTRATADA.
- d) O percentual da taxa de administração permanecerá fixo e inalterável durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato.
- e) As lojas, postos, estabelecimentos e oficinas entre outros que fizerem parte da rede credenciada deverão ser pagas pela DETENTORA/CONTRATADA, inexistindo qualquer relação financeira entre o estabelecimento que integrar a rede credenciada e o Município de Córrego Fundo/MG.
- f) Os pagamentos à DETENTORA/CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva venda/aquisição e/ou prestação dos serviços nas condições especificadas na Ata de Registro de Preços e/ou no Contrato, que será comprovada por meio do relatório de vendas/aquisição e serviços a ser expedido pelo responsável da fiscalização acompanhado da respectiva OF - Ordem de Fornecimento, Nota Fiscal e documentos comprobatórios da despesa.
- g) A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter atualizado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a vigência dos documentos de habilitação, em especial os de regularidade fiscal, trabalhista, falência e concordata, encaminhando cópia destes documentos em anexo à nota fiscal eletrônica, para fins agilidade na liberação dos pagamentos.
- h) A CONTRATADA deverá apresentar à Gerência de Frotas do Município, até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento/execução do objeto, a correspondente nota fiscal eletrônica, documentos comprobatórios da despesa, sempre acompanhados dos documentos fiscais e tributários devidos, sem prejuízo dos previstos na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.
- i) Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a data de recebimento dos documentos de cobrança, devidamente atestado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.
- j) A nota fiscal eletrônica será emitida pela DETENTORA/CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.



- k) As notas fiscais serão emitidas mediante a (s) NAF - Nota de Autorização de Fornecimento que será (ão) enviada (s) para a detentora/contratada via correio eletrônico.
1. Poderão serem emitidas quantas NAF - Nota de Autorização de Fornecimentos forem necessárias a depender da execução do objeto, da Secretaria solicitante e dos recursos orçamentários e financeiros para o respectivo pagamento.
 2. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada NAF - Nota de Autorização de Fornecimento.
- l) O documento fiscal da detentora/contratada conterà em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e ano da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a descrição precisa do objeto entregue/executado e o mês de referências destes.
- m) Caso a DETENTORA/CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal eletrônica e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.
- n) O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal eletrônica, mormente no que tange a valores das aquisições e dos serviços prestados, deverá devolvê-la à DETENTORA/CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação / substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- o) Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da DETENTORA/CONTRATADA, seja relativa à execução do objeto seja quanto a documento exigido para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da execução do objeto.
- p) Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal eletrônica, a DETENTORA/CONTRATADA dará ao Município pleno, geral e irrevogável quitação da remuneração referente à aquisição de peças e à prestação de serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES

- a. Os licitantes que direta ou indiretamente retirarem sua proposta comercial, seja integral ou parcialmente, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, incorrerão em multa equivalente à 10% do valor de sua proposta comercial.
- b. Os licitantes vencedores que, convocados para assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, não assinarem o respectivo instrumento jurídico, estarão sujeitos à aplicação de multa equivalente à 10% do valor adjudicado.
1. Incorrem na mesma penalidade do item anterior, o adjudicatário que, na data de assinatura do instrumento jurídico respectivo, deixar de cumprir exigências e condições específicas para a celebração do ato.
- c. Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os Contratos/Ata de Registro de Preços celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as sanções legais:
1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 86 da Lei 8.666/93:
 - 1.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, **por ocorrência**;
 - 1.2 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual,



calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, **por ocorrência**, que poderá ser aplicado com a rescisão contratual;

2. Ficam estabelecidas as seguintes sanções e percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento de cláusulas contratuais, obrigações assumidas e/ou atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93:

2.1 advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

2.2 multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:

2.2.1 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

2.2.2 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.

2.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

d. Aplica-se no que couber, as sanções administrativas previstas na Seção II, Capítulo IV da Lei 8.666/93, bem como as penalidades previstas Seção III, Capítulo IV da Lei 8.666/93.

e. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

f. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Córrego Fundo, via Setor de Tributação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Município de Córrego Fundo.

g. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Município de Córrego Fundo, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

h. A vencedora que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços ou celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata de registro de preços ou do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Córrego Fundo e será descredenciada do CRC Municipal, pelo período de 05 anos, se credenciada for, sem prejuízo das multas previstas neste edital e nas demais cominações legais cabíveis.

i. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

j. Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.



k. É vedado à detentora/contratada, sob pena de rescisão e aplicação de multa de até 10% do valor da ata/contrato, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes as peças, produtos e/ou serviços objeto da ata/contrato, para terceiros.

l. As detentoras/contratadas que descumprirem suas obrigações referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato/ata de registro de preços assumidas com terceiros para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços e/ou o contrato, tendo em vista a responsabilidade solidária prevista no § 2º, art. 71 da Lei 8666/93¹³, inciso V, da Súmula 331 do TST¹⁴ e entendimento do TCU¹⁵ e STJ¹⁶, poderão ter a ata de registro de preços cancelada e/ou o contrato rescindindo com a consequente retenção do pagamento para resguardar os cofres públicos, além da aplicação das sanções legais cabíveis.

1. Nos casos de cancelamento e/ou rescisão será garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO:

a. O valor (taxa percentual) contratual será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

b. Após o 12º mês de vigência, sendo o contrato prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93, o mesmo poderá ser reajustado, pela aplicação do INPC acumulado nos últimos doze meses.

CLAÚSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

a. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

1. Pela Administração, quando:

- i. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- ii. A detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- iii. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- iv. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- v. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- vi. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no edital, caso não aceite as razões do pedido.

¹³ Art. 71, § 2º Lei 8.666/93. (...) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do [art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

¹⁴ Súmula nº 331 do TST - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

¹⁵ TCU: Acórdão nº 1.009/2011-Plenário. Acórdão nº 947/2010-Plenário. Acórdão nº 3.961/2010-1ª Câmara. Acórdão nº 4.248/2011-1ª Câmara.

¹⁶ ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ESTADO. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 71, §1º, DA LEI N. 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. RETENÇÃO DE VERBAS DEVIDAS PELO PARTICULAR. LEGITIMIDADE. (REsp 1241862/RS, Rel. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011)



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

a. Prestado o serviço, fornecido o produto, a peça ou acessório, o mesmo será recebido provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação constante no Termo de Referência, no prazo de três dias.

b. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis à custa do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório sendo a detentora/contratada responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela detentora/contratada, seus empregados, representantes ou prepostos ou subcontratada direta ou indiretamente, ao Município, à União, ao Estado ou à livre iniciativa, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisição com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento da Ata/Contrato, ficando o eventual custo com guincho a cargo da detentora da Ata de Registro de Preços/contratada.

c. Os bens serão recebidos definitivamente, no prazo de 15 dias, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CLÁUSULA XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Termo de Referência correrão à conta dos recursos orçamentários constantes das dotações:

.....

CLÁUSULA IX – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO

III. Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Termo;

IV. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, podendo sustar ou recusar o produto ou serviço em desacordo com as especificações;

V. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;

VI. Exercer a fiscalização dos serviços e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

VII. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelo Município;

VIII. Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos na Ata de Registro de Preços/Contrato.



IX. Disponibilizar equipamentos de informática (computador impressora e periféricos) bem como material de expediente e servidor para o gerenciamento do sistema no município.

DA DETENTORA

16.1.2 A detentora prestará os serviços objeto desta licitação e fornecerá as peças e produtos, em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando recursos tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigidas.

16.1.3 Será de inteira responsabilidade da detentora todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.

16.1.4 A detentora obriga-se a executar os serviços objeto desta licitação de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental e recursos humanos e tecnológicos apropriados, devendo dispor de infraestrutura e equipe técnica exigidas.

16.1.5 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá disponibilizar treinamento adequado à rede de postos de combustíveis credenciada de forma a garantir que seja realizada a atualização diária dos preços no sistema online para a correta informação dos dados no sistema informatizado;

16.1.6 A detentora da Ata de Registro de Preços terá obrigação de credenciar somente postos de combustíveis que possuam e que mantenham regular registro e autorização junto à ANP devendo exigir a comprovação no ato do credenciamento;

16.1.7 A detentora deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pelo Município, conforme a necessidade.

16.1.8 O estabelecimento credenciado deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Município, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

16.1.9 O estabelecimento credenciado responsabiliza-se pela guarda e segurança dos veículos enviados para manutenção nas oficinas credenciadas, ressarcindo ao Município quaisquer danos que venham a ocorrer a esse, para os quais não tenham concorrido.

16.1.10 A detentora deverá nomear e manter preposto para representá-la perante o Município e assisti-la em todas as questões relativas à execução da ata de registro de Preços/contrato.

16.1.11 A detentora se responsabilizará pela permanente manutenção da validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais.

16.1.12 A detentora deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente da Ata/Contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

16.1.13 Os estabelecimentos credenciados, deverá disponibilizar no que diz respeito a operação dos recursos do sistema inclusive com a importância do fornecimento de relação de peças/serviços e orçamentos no prazo máximo de 6 (seis) horas.

16.1.14 O estabelecimento credenciado deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado, originário da contratação, obedecendo aos seguintes procedimentos:

1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com os produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;



2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

16.1.15 A detentora deverá gerar, em base mensal, Nota Fiscal única por secretaria e recursos financeiros/orçamentários, com a consolidação financeira das peças, produtos e serviços efetuados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência.

16.1.16 A detentora deverá entregar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor dos produtos e peças adquiridas e dos serviços prestados, descontos praticados e/ou taxa de administração se houverem, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal devidamente válidas, ao Fiscal do Contrato que a atestará e encaminhará ao setor competente.

16.1.17 A detentora deverá acatar todas as orientações do Município sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo da Ata/Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual.

16.1.18 A detentora, independentemente da atuação do Fiscal da Ata/Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto ao fornecimento de produtos, peças e à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

16.1.19 A detentora deverá manter durante a vigência da Ata/Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, em conformidade ao artigo 195, § 3º da Constituição Federal.

16.1.20 A detentora assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações detentora/contratada.

16.1.21 A detentora deverá fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas, além da previsão inicial sem qualquer ônus adicional.

16.1.22 A detentora arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando o Município de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução da Ata/Contrato.

16.1.23 À detentora será vedado, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes as peças, produtos e aos serviços objeto do contrato para terceiros.

16.1.24 A detentora não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Município.

16.1.25 A detentora responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

16.1.26 O estabelecimento credenciado obriga-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, produtos, peças e serviços objeto do contrato em que se



verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações, inclusive serviços de guincho, se pelo vício houver necessidade.

16.1.27 A detentora deverá facilitar a ação de fiscalização do Município, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação do fornecimento de produtos, peças e serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por eles apresentadas.

16.1.28 A detentora obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração.

16.1.29 A detentora deverá aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal referentes as peças, produtos e serviços por parte de representante designado da Administração.

16.1.30 A detentora se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada pelas peças, produtos e serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais veículos do Município.

16.1.31 São da exclusiva responsabilidade da detentora todas as despesas com:

1. Disponibilidade de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência; · Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;
2. Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços;
3. Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato.
4. A detentora deverá treinar e capacitar os servidores indicados pelo Município a utilizar todos os recursos do sistema.
5. A detentora deverá disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto da Ata/Contrato.
6. A detentora deverá providenciar o credenciamento de lojas, autopeças, postos, oficinas e estabelecimentos em localidades onde sejam solicitadas pelo Município, que venham a ser de seu interesse, por razões operacionais, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso, atendendo às solicitações do Fiscal do Contrato, sem custos adicionais.
7. Durante toda a execução da Ata/Contrato, deverá ser mantida, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
9. Prestar aos veículos, motocicletas e máquinas do Município os seguintes serviços, através dos estabelecimentos credenciados e conforme termo de referência além de peças, acessórios, pneus, filtros e combustíveis:
 - a) assistência mecânica;
 - b) manutenção corretiva e preventiva;
 - c) revisão;
 - d) assistência e reparos no sistema elétrico;
 - e) lanternagem em geral, pintura e funilaria;
 - f) substituição e instalação de peças e acessórios (utilizando-se obrigatoriamente preços de mercado);
 - g) vidraçaria, capotaria e tapeçaria;
 - h) troca de óleo, elementos filtrantes e lubrificantes;
 - i) chaveiro;



- j) vistorias;
10. Permitir ao servidor credenciado pelo Município fiscalizar os serviços objeto deste contrato, que tiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;
 11. Fornecer ao Município, através da rede credenciada, bem como utilizar no serviço de reposição de peças em seus veículos, peças e acessórios originais, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de veículos fora de linha de fabricação de peças novas;
 12. Exigir que o estabelecimento credenciado devolva ao Município, as peças, materiais e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos realizados;
 13. Fornecer ao Setor Administrativo/Compras/Frota do Município todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento da Ata/Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, a Lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal;
 14. Exigir que o estabelecimento credenciado forneça a nota fiscal do serviço efetuado na hora da entrega do veículo, juntamente com o mesmo, bem como cópia da nota fiscal das peças adquiridas para o conserto, discriminando marca, modelo e garantia do serviço prestado e peças adquiridas;
 15. A rede credenciada NÃO poderá colar nos veículos decalques ou adesivos com propaganda próprios da contratada ou de terceiros;
 16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05(cinco) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
 17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 18. Capacitar os estabelecimentos credenciados, no que diz respeito a operação dos recurso do sistema inclusive com a importância do fornecimento de relação de peças/serviços e orçamentos no prazo máximo de 6 (seis) horas.
- 16.1.32** Dar plena e fiel execução a ata de registro de preços/contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;
- 16.1.33** Atender ao chamado do Município para assinatura do Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação por escrito que poderá ser enviada por correio eletrônico;
- 16.1.34** Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, o objeto ora contratado, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as obrigações decorrentes da ata/contrato.
- 16.1.35** Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.
- 16.1.36** Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- 16.1.37** Comprovar ao Município os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- 16.1.38** Arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo também as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias;



16.1.39 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a prestação do serviço.

16.1.40 Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a prestação do serviço.

16.1.41 Responsabilizar-se, sob pena de retenção de pagamento, por todas os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato assumidas com terceiros para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços e/ou o contrato tendo em vista a responsabilidade solidária prevista no § 2º, art. 71 da Lei 8666/93¹⁷, inciso V, da Súmula 331 do TST¹⁸ e entendimento do TCU¹⁹ e STJ²⁰ que privilegia inclusive, a retenção do pagamento.

16.1.42 Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;

16.1.43 Fornecer condições que possibilitem a prestação do serviço, a partir da data da ordem de serviço emitida pelo Município;

16.1.44 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

16.1.45 Prestar esclarecimentos à Administração Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação;

16.1.46 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos produtos;

16.1.47 Realizar demonstração técnica, com instruções sobre os procedimentos necessários à execução do objeto e suas funcionalidades, em prazo não superior a 07 (sete) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.1.48 A contratada deverá apresentar os seguintes documentos como condição para assinatura do contrato:

1. Apresentar declaração emitida pelo Departamento de Frotas que realizou a demonstração técnica conforme exigência do edital.
2. Comprovante de Registro no Conselho Regional de Administração do Estado da sede da licitante;

16.1.49 A DETENTORA/CONTRATADA deverá realizar a implantação completa do sistema (com treinamentos e cadastros) sem qualquer ônus para o Município **no prazo máximo de 15 (quinze) dias** após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.1.50 Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

¹⁷ Art. 71, § 2º Lei 8.666/93. (...) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do [art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

¹⁸ Súmula nº 331 do TST - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

¹⁹ TCU: Acórdão nº 1.009/2011-Plenário. Acórdão nº 947/2010-Plenário. Acórdão nº 3.961/2010-1ª Câmara. Acórdão nº 4.248/2011-1ª Câmara.

²⁰ ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ESTADO. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 71, §1º, DA LEI N. 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. RETENÇÃO DE VERBAS DEVIDAS PELO PARTICULAR. LEGITIMIDADE. (REsp 1241862/RS, Rel. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011)



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

- a. Fica eleito o Foro da Comarca de Formiga/MG, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pelo Município, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.
- b. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas aplicáveis.
- c. A detentora desta Ata de Registro de Preços se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- d. A detentora desta Ata de Registro de Preços tem pleno conhecimento de todo o conteúdo do Termo de Referência, bem como todos os itens e anexos expressos no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018**, a eles se obrigando **como se neste estivessem transcritos**, inclusive quanto á obrigatoriedade de manter, durante todo o período de vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o Art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

CÓRREGO FUNDO/MG, de de 2018.

Pregoeiro e Equipe de Apoio – Portaria nº 0.../2018:

Nome:

Nome:

Nome:

Licitante Detentora/Participante:
Razão Social:
CNPJ:

Município de CÓRREGO FUNDO/MG
CNPJ: 01.614.862/0001-77
Érica Maria Leão Costa – Prefeita



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2018.

TIPO: MENOR PREÇO

NATUREZA: REGISTRO DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: CNPJ:

INSCR. ESTADUAL: ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX: Email:

OBJETO: contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município de Córrego Fundo/MG, com fornecimento de peças genuínas e/ou originais, suprimentos, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, serviços de guincho 24hs, alinhamento e balanceamento, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços, em conformidade com o Termo de Referência.

Especificação detalhada:

Item	Descrição	Quant	Unid	Taxa de Administração (%)
01	contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município de Córrego Fundo/MG, com fornecimento de peças genuínas e/ou originais, suprimentos, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, serviços de guincho 24hs, alinhamento e balanceamento, por meio de sistema informatizado, com utilização de tecnologia de cartão magnético, via WEB e em tempo real, em rede especializada de serviços, em conformidade com o Termo de Referência.	01	Sv	

Nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, ISSQN, IRRF se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre a execução do objeto da presente licitação, incluindo todas as obrigações constantes do Termo de Referência e do edital como se nesta estivessem transcritas.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

Prazo de validade da presente proposta: (.....) dias.

Declaramos que esta proposta, nos termos do Edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei 8.666/93 com suas alterações.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 038/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL: Nº 003/2018
NATUREZA: REGISTRO DE PREÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, DECLARA que:

- a) não possui no quadro de pessoal da empresa servidores públicos do Poder Executivo Municipal e/ou parentes dos membros da Comissão de Licitação, Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio (que conduzem esse certame), exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
- b) não é o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica e não é empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentora de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) não possui nenhuma das vedações do Art. 9º da Lei 8666/93.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DA OPÇÃO DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Licitação: Pregão Presencial nº 003/2018

Procedimento Licitatório nº 038/2018

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, DECLARA que nos termos do item 6.2.4.2 do edital demonstrará a boa situação econômica financeira através da comprovação da:

(citar uma das alternativas abaixo a qual a licitante optará):

- a) pela comprovação do capital social mínimo correspondente à 10% do valor global estimado, nos termos do item 6.2.4.2.1 que será aferido com a análise do contrato social ou,
- b) pela comprovação do patrimônio líquido mínimo correspondente à 10% do valor global estimado, nos termos do item 6.2.4.2.2 que será aferido com a apresentação do balanço patrimonial) ou
- c) pela Comprovação da boa situação econômica e financeira com a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente assinado pelo profissional responsável pela contabilidade da empresa licitante, consubstanciada nos índices definidos no edital e conforme demonstrativo da boa situação econômico-financeira constante do anexo XI.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO XI

MODELO DE DEMONSTRATIVO DA BOA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Licitação: Pregão Presencial nº 038/2018

Procedimento Licitatório nº 003/2018

Demonstrativo da Boa Situação Econômico-financeira exercício de

1 - Índice de Liquidez Corrente (ILC) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

PC

2 - Índice Liquidez Geral (ILG) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

PC + ELP

3 - Solvência Geral - Igual ou maior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

PC + ELP

4 - Endividamento Geral - Igual ou menor a 0,8 calculado pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

AT

Siglas:

AC= Ativo Circulante

PC=Passivo Circulante

RLP=Realizável a Longo Prazo

ELP=Exigível longo prazo

SG=Solvência Geral

AT=Ativo Total

Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data

Assinatura de representante legal

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Contador

Carimbo/Nº de CRC



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO XII

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número com sede administrativa na, nº, Bairro na cidade de Córrego Fundo/MG, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a),

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob o número com sede na, na cidade de, neste ato representada pelo seu sócio

CLÁUSULA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I. Este contrato tem como fundamento a Lei 8.666/93 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.

II. O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

III. *As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme **Pregão Presencial nº 003/2018**, vinculando-se ao referido Edital.*

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

I., nos termos do **Procedimento Licitatório nº 038/2018, Pregão Presencial nº 003/2018.**

II. Da Especificação detalhada do objeto:

Item	Descrição	Unid	Quant.	Taxa de Administração
...				

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

I. O contrato terá vigência por um período **12 (doze) meses, com termo inicial em ___/___/___ e termo final em ___/___/___**, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93 e Legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução se dará de forma parcelada nos exatos termos do edital do **Pregão Presencial 003/2018** e seu Termo de Referência.
2. A contratada se responsabilizará pela execução dos serviços através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.
3. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da contratada e o operador - servidor autorizado do Município de Córrego Fundo, mediante opções de execução oferecidas (menus).
5. A contratada deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso ao sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas do Município e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de veículos, motocicletas e máquinas do Município de Córrego Fundo.
6. A contratada deverá disponibilizar sistemas tecnológicos de intendência, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:
 - d) Ampla rede de loja, oficinas, auto peças e postos de combustíveis conveniados, em **Córrego Fundo, Belo Horizonte e Brasília**, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema;
 - e) Implantação de sistema integrado, em ambiente web, para veículos, motocicletas e máquinas componentes da frota do Município de Córrego Fundo, proporcionando um controle eletrônico dos serviços de manutenção prestados pelas conveniadas;
 - f) Controle informatizado de sistemas integrados de gestão de frotas possibilitando à contratada a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de manutenção da frota, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos;
7. A contratada tornará disponível acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota do Município de Córrego Fundo, cadastrando todos os veículos que a integram.
8. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificados toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção, abastecimento e aquisição de peças originais.
9. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da contratada, utilizado no atendimento às demandas do Município de Córrego Fundo, não poderá ser superior a quatro horas úteis.
10. Serão considerados como **USUÁRIO** os servidores do Município de Córrego Fundo, sendo designados, caso a caso, para a operacionalização, fiscalização e gerenciamento dos serviços,



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

aos quais a contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do Município de Córrego Fundo.

11. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos abastecimentos, dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração.

12. A contratada deverá CREDENCIAR postos, lojas, autopeças, oficinas e estabelecimentos, sempre que possível nas sedes do Município de Córrego Fundo.

13. A contratada deverá credenciar e tornar disponível outros estabelecimentos para abastecimentos e manutenção preventiva e corretiva dos veículos do Município de Córrego Fundo, sempre que houver interesse do Município, observado os critérios estabelecidos neste Termo de Referência. O prazo para credenciamento será de 10 dias, a contar da solicitação do Município (unidade gestora).

14. Os postos e as oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela contratada deverão estar plenamente equipadas para abastecimentos, prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais e/ou genuínas.

15. Os estabelecimentos da rede credenciada da contratada deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos combustíveis; serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

16. As oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela contratada deverão confeccionar *Check-list*, dos itens e acessório no interior do veículo no momento do recebimento e entrega do mesmo.

17. As oficinas, lojas e autopeças integrantes da rede conveniada pela contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, motocicletas e máquinas, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

18. As oficinas integrantes da rede pela contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

d) 06 (seis) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas conveniadas pela contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) fatura(s);

e) 06 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela contratada, onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

f) Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 06 (seis) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento que terão garantia de 30 (trinta) dias e os serviços de lanternagem e pintura que será de 12 (doze) meses;

g) As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.

h) Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o Município, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

1. Substituir o material defeituoso;

2. Corrigir defeitos de fabricação;

3. Trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação do Município.

19. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas conveniadas pela contratada estarão sujeitos à aceitação pelo Município, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

20. Na hipótese prevista no item acima, as oficinas, lojas e autopeças conveniadas pela contratada, obrigar-se-ão a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças,



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

materiais, acessórios ou serviços, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à contratada a não aceitação pelo Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços.

21. As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual material está sendo adquirido.

22. A contratada deverá adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

23. No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Preços Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor preço ficará a cargo do fiscal designado pelo Município.

24. A fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pelo Município, devendo a contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.

25. A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

26. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pelo Município, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

27. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre o Município e as oficinas prestadora dos serviços, lojas, autopeças e postos de combustíveis.

28. O sistema web da contratada deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.

29. O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da contratada, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida.

30. Será (ão) designado(s) pelo Município, como fiscal(is) da ATA/Contrato, servidor(es) para executar a gestão administrativa e financeira do termo, bem como operacionalmente, as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de representante(s) da Administração de que trata Art. 67 da Lei 8.666/93.

31. A contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o(s) fiscal(is) serão feitos sempre por escrito, por email institucional, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

32. Para a liberação de orçamento/compra/aquisição, com base no princípio da economicidade e eficiência, será considerado o menor valor orçado, incluindo as peças e serviços bem como o deslocamento do veículo, seja por guincho ou outro meio.



CLÁUSULA QUINTA

DO PREÇO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO) E DA FORMA DE PAGAMENTO

- I. O Município de Córrego Fundo pagará à licitante detentora/contratada o valor constante na sua proposta de preços, considerados os eventuais lances verbais que forem apresentados, nestes já consideradas todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc.).
- II. O pagamento mensal corresponderá ao percentual da taxa de administração de% e incidirá sobre o valor mensal do faturamento, conforme especificado na Proposta Comercial apresentada no Pregão Presencial.
- III. O valor mensal do faturamento corresponderá aos preços à vista dos produtos e/ou da prestação de serviços nas lojas, estabelecimentos, postos e oficinas credenciadas, na data em que ocorreu cada venda ou prestação de serviço, em conformidade com documento comprobatório (nota fiscal e/ou cupom fiscal, ou outro similar) a ser emitido no momento da venda e/ou da manutenção do veículo, motocicleta ou máquinas, bem como o relatório apresentado pela CONTRATADA.
- IV. O percentual da taxa de administração permanecerá fixo e inalterável durante a vigência do Contrato.
- V. As lojas, postos, estabelecimentos e oficinas entre outros que fizerem parte da rede credenciada deverão ser pagas pela CONTRATADA, inexistindo qualquer relação financeira entre o estabelecimento que integrar a rede credenciada e o Município de Córrego Fundo/MG.
- VI. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva venda/aquisição e/ou prestação dos serviços nas condições especificadas na Ata de Registro de Preços e/ou no Contrato, que será comprovada por meio do relatório de vendas/aquisição e serviços a ser expedido pelo responsável da fiscalização acompanhado da respectiva OF - Ordem de Fornecimento, Nota Fiscal e documentos comprobatórios da despesa.
- VII. A CONTRATADA deverá manter atualizado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a vigência dos documentos de habilitação, em especial os de regularidade fiscal, trabalhista, falência e concordata, encaminhando cópia destes documentos em anexo à nota fiscal eletrônica, para fins agilidade na liberação dos pagamentos.
- VIII. A CONTRATADA deverá apresentar à Gerência de Frotas do Município, até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento/execução do objeto, a correspondente nota fiscal eletrônica, documentos comprobatórios da despesa, sempre acompanhados dos documentos fiscais e tributários devidos, sem prejuízo dos previstos na Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.
- IX. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a data de recebimento dos documentos de cobrança, devidamente atestado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.
- X. A nota fiscal eletrônica será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.
- XI. As notas fiscais serão emitidas mediante a (s) NAF - Nota de Autorização de Fornecimento que será (ão) enviada (s) para a CONTRATADA via correio eletrônico.
 - a) Poderão ser emitidas quantas NAF - Nota de Autorização de Fornecimentos forem necessárias a depender da execução do objeto, da Secretaria solicitante e dos recursos orçamentários e financeiros para o respectivo pagamento.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

b) Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada NAF - Nota de Autorização de Fornecimento.

XII. O documento fiscal da CONTRATADA conterà em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e ano da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, a descrição precisa do objeto entregue/executado e o mês de referências destes.

XIII. Caso a CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal eletrônica e demais documentos ao Município no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

XIV. O Município, identificando quaisquer divergências na nota fiscal eletrônica, mormente no que tange a valores das aquisições e dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação / substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

XV. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, seja relativa à execução do objeto seja quanto a documento exigido para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da execução do objeto.

XVI. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal eletrônica, a CONTRATADA dará ao Município pleno, geral e irretroatável quitação da remuneração referente à aquisição de peças e à prestação de serviços nela discriminado para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SEXTA

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

I. O valor (taxa percentual) contratual será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

II. Após o 12º mês de vigência, sendo o contrato prorrogado nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93, o mesmo poderá ser reajustado, pela aplicação do INPC acumulado nos últimos doze meses.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias consignada no Orçamento do Município no exercício em curso, quais sejam:

.....

CLÁUSULA OITAVA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I. Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Termo;

II. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, podendo sustar ou recusar o produto ou serviço em desacordo com as especificações;



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

- III. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive comunicado por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega;
- IV. Exercer a fiscalização dos serviços e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
- V. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelo Município;
- VI. Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos na Ata de Registro de Preços/Contrato.
- VII. Disponibilizar equipamentos de informática (computador impressora e periféricos) bem como material de expediente e servidor para o gerenciamento do sistema no município.

DA CONTRATADA

- I. A contratada prestará os serviços objeto desta licitação e fornecerá as peças e produtos, em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando recursos tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigidas.
- II. Será de inteira responsabilidade da contratada todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação.
- III. A contratada obriga-se a executar os serviços objeto desta licitação de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental e recursos humanos e tecnológicos apropriados, devendo dispor de infraestrutura e equipe técnica exigidas.
- IV. A contratada deverá disponibilizar treinamento adequado à rede de postos de combustíveis credenciada de forma a garantir que seja realizada a atualização diária dos preços no sistema online para a correta informação dos dados no sistema informatizado;
- V. A contratada terá obrigação de credenciar somente postos de combustíveis que possuam e que mantenham regular registro e autorização junto à ANP devendo exigir a comprovação no ato do credenciamento;
- VI. A contratada deverá fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente web abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pelo Município, conforme a necessidade.
- VII. O estabelecimento credenciado deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Município, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.
- VIII. O estabelecimento credenciado responsabiliza-se pela guarda e segurança dos veículos enviados para manutenção nas oficinas credenciadas, ressarcindo ao Município quaisquer danos que venham a ocorrer a esse, para os quais não tenham concorrido.
- IX. A contratada deverá nomear e manter preposto para representá-la perante o Município e assisti-la em todas as questões relativas à execução da ata de registro de Preços/contrato.
- X. A contratada se responsabilizará pela permanente manutenção da validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

XI. A contratada deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente da Ata/Contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados.

XII. Os estabelecimentos credenciados, deverá disponibilizar no que diz respeito a operação dos recurso do sistema inclusive com a importância do fornecimento de relação de peças/serviços e orçamentos no prazo máximo de 6 (seis) horas.

XIII. O estabelecimento credenciado deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado, originário da contratação, obedecendo aos seguintes procedimentos:

1) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com os produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

2) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

3) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

XIV. A contratada deverá gerar, em base mensal, Nota Fiscal única por secretaria e recursos financeiros/orçamentários, com a consolidação financeira das peças, produtos e serviços efetuados, acompanhadas do relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, no período de referência.

XV. A contratada deverá entregar mensalmente a nota fiscal, demonstrativo de compras, discriminando o valor dos produtos e peças adquiridas e dos serviços prestados, descontos praticados e/ou taxa de administração se houverem, com consolidação financeira dos serviços executados, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal devidamente válidas, ao Fiscal do Contrato que a atestará e encaminhará ao setor competente.

XVI. A contratada deverá acatar todas as orientações do Município sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo da Ata/Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual.

XVII. A contratada, independentemente da atuação do Fiscal da Ata/Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto ao fornecimento de produtos, peças e à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

XVIII. A contratada deverá manter durante a vigência da Ata/Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, em conformidade ao artigo 195, § 3º da Constituição Federal.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

XIX. A contratada assumirá, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações detentora/contratada.

XX. A contratada deverá fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas, além da previsão inicial sem qualquer ônus adicional.

XXI. A contratada arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando o Município de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução da Ata/Contrato.

XXII. A contratada será vedado, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes as peças, produtos e aos serviços objeto do contrato para terceiros.

XXIII. A contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Município.

XXIV. A contratada responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.

XXV. O estabelecimento credenciado obriga-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, produtos, peças e serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações, inclusive serviços de guincho, se pelo vício houver necessidade.

XXVI. A contratada deverá facilitar a ação de fiscalização do Município, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação do fornecimento de produtos, peças e serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por eles apresentadas.

XXVII. A contratada obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração.

XXVIII. A contratada deverá aceitar auditoria nos seus controles e documentação fiscal referentes as peças, produtos e serviços por parte de representante designado da Administração.

XXIX. A contratada se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada pelas peças, produtos e serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais veículos do Município.

XXX. São da exclusiva responsabilidade da contratada todas as despesas com:

1. Disponibilidade de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência; · Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;
2. Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços;
3. Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato.
4. A contratada deverá treinar e capacitar os servidores indicados pelo Município a utilizar todos os recursos do sistema.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

5. A contratada deverá disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto da Ata/Contrato.
6. A contratada deverá providenciar o credenciamento de lojas, autopeças, postos, oficinas e estabelecimentos em localidades onde sejam solicitadas pelo Município, que venham a ser de seu interesse, por razões operacionais, procedendo à confecção e a entrega de senhas adicionais, conforme o caso, atendendo às solicitações do Fiscal do Contrato, sem custos adicionais.
7. Durante toda a execução da Ata/Contrato, deverá ser mantida, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
9. Prestar aos veículos, motocicletas e máquinas do Município os seguintes serviços, através dos estabelecimentos credenciados e conforme termo de referência além de peças, acessórios, pneus, filtros e combustíveis:
 - a) assistência mecânica;
 - b) manutenção corretiva e preventiva;
 - c) revisão;
 - d) assistência e reparos no sistema elétrico;
 - e) lanternagem em geral, pintura e funilaria;
 - f) substituição e instalação de peças e acessórios (utilizando-se obrigatoriamente preços de mercado);
 - g) vidraçaria, capotaria e tapeçaria;
 - h) troca de óleo, elementos filtrantes e lubrificantes;
 - i) chaveiro;
 - j) vistorias;
10. Permitir ao servidor credenciado pelo Município fiscalizar os serviços objeto deste contrato, que tiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;
11. Fornecer ao Município, através da rede credenciada, bem como utilizar no serviço de reposição de peças em seus veículos, peças e acessórios originais, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, excetuando-se nos casos de veículos fora de linha de fabricação de peças novas;
12. Exigir que o estabelecimento credenciado devolva ao Município, as peças, materiais e acessórios que forem substituídos por ocasião dos reparos realizados;
13. Fornecer ao Setor Administrativo/Compras/Frota do Município todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento da Ata/Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços do fabricante, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, a Lista ou Tabela de Tempo de Serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal;



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

14. Exigir que o estabelecimento credenciado forneça a nota fiscal do serviço efetuado na hora da entrega do veículo, juntamente com o mesmo, bem como cópia da nota fiscal das peças adquiridas para o conserto, discriminando marca, modelo e garantia do serviço prestado e peças adquiridas;
 15. A rede credenciada NÃO poderá colar nos veículos decalques ou adesivos com propaganda próprios da contratada ou de terceiros;
 16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05(cinco) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
 17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 18. Capacitar os estabelecimentos credenciados, no que diz respeito a operação dos recurso do sistema inclusive com a importância do fornecimento de relação de peças/serviços e orçamentos no prazo máximo de 6 (seis) horas.
- XXXI.** Dar plena e fiel execução a ata de registro de preços/contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;
- XXXII.** Atender ao chamado do Município para assinatura do Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação por escrito que poderá ser enviada por correio eletrônico;
- XXXIII.** Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, o objeto ora contratado, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as obrigações decorrentes da ata/contrato.
- XXXIV.** Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.
- XXXV.** Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- XXXVI.** Comprovar ao Município os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- XXXVII.** Arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo também as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias;
- XXXVIII.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, durante a prestação do serviço.
- XXXIX.** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos que incidam, ou venham a incidir sobre terceiros, durante a prestação do serviço.
- XL.** Responsabilizar-se, sob pena de retenção de pagamento, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato assumidas com terceiros para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços e/ou o contrato tendo em vista a responsabilidade solidária prevista no § 2º, art. 71 da Lei 8666/93²¹, inciso V, da Súmula 331 do TST²² e entendimento do TCU²³ e STJ²⁴ que privilegia inclusive, a retenção do pagamento.

²¹ Art. 71, § 2º Lei 8.666/93. (...) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do [art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

²² Súmula nº 331 do TST - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

- XLII.** Fornecer informações à Administração Municipal, sempre que lhes forem solicitadas;
- XLIII.** Fornecer condições que possibilitem a prestação do serviço, a partir da data da ordem de serviço emitida pelo Município;
- XLIV.** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a CONTRATANTE, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- XLV.** Prestar esclarecimentos à Administração Municipal sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação;
- XLVI.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos produtos;
- XLVII.** Realizar demonstração técnica, com instruções sobre os procedimentos necessários à execução do objeto e suas funcionalidades, em prazo não superior a 07 (sete) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- XLVIII.** A contratada deverá apresentar os seguintes documentos como condição para assinatura do contrato:
1. Apresentar declaração emitida pelo Departamento de Frotas que realizou a demonstração técnica conforme exigência do edital.
 2. Comprovante de Registro no Conselho Regional de Administração do Estado da sede da licitante;
- XLIX.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá realizar a implantação completa do sistema (com treinamentos e cadastros) sem qualquer ônus para o Município **no prazo máximo de 15 (quinze) dias** após a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- XLIX.** Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

CLÁUSULA NONA

DA RESCISÃO

I. A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as consequências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA CLÁUSULA PENAL

²³ TCU: Acórdão nº 1.009/2011-Plenário. Acórdão nº 947/2010-Plenário. Acórdão nº 3.961/2010-1ª Câmara. Acórdão nº 4.248/2011-1ª Câmara.

²⁴ ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ESTADO. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 71, §1º, DA LEI N. 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. RETENÇÃO DE VERBAS DEVIDAS PELO PARTICULAR. LEGITIMIDADE. (REsp 1241862/RS, Rel. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011)



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

a. Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os Contratos/Ata de Registro de Preços celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as sanções legais:

1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 86 da Lei 8.666/93:
 - 1.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, **por ocorrência**;
 - 1.2 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, calculados sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido, **por ocorrência**, que poderá ser aplicado com a rescisão contratual;
2. Ficam estabelecidas as seguintes sanções e percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento de cláusulas contratuais, obrigações assumidas e/ou atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93:
 - 2.1 advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;
 - 2.2 multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:
 - 2.2.1 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
 - 2.2.2 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.
 - 2.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - 2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

b. Aplica-se no que couber as sanções administrativas previstas na Seção II, Capítulo IV da Lei 8.666/93, bem como as penalidades previstas Seção III, Capítulo IV da Lei 8.666/93.

c. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

d. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Córrego Fundo, via Setor de Tributação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Município de Córrego Fundo.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

e. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Município de Córrego Fundo, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

f. A vencedora que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar a Ata de Registro de Preços ou celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata de registro de preços ou do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Córrego Fundo e será descredenciada do CRC Municipal, pelo período de 05 anos, se credenciada for, sem prejuízo das multas previstas neste edital e nas demais cominações legais cabíveis.

g. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

IV. Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

V. É vedado à detentora/contratada, sob pena de rescisão e aplicação de multa de até 10% do valor da ata/contrato, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes as peças, produtos e/ou serviços objeto da ata/contrato, para terceiros.

VI. As detentoras/contratadas que descumprirem suas obrigações referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato/ata de registro de preços assumidas com terceiros para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços e/ou o contrato, tendo em vista a responsabilidade solidária prevista no § 2º, art. 71 da Lei 8666/93²⁵, inciso V, da Súmula 331 do TST²⁶ e entendimento do TCU²⁷ e STJ²⁸, poderão ter a ata de registro de preços cancelada e/ou o contrato rescindindo com a consequente retenção do pagamento para resguardar os cofres públicos, além da aplicação das sanções legais cabíveis.

1. Nos casos de cancelamento e/ou rescisão será garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA GARANTIA

I. O Município dispensa a garantia prevista no art. 56 da Lei 8.666/93, uma vez que os pagamentos serão efetuados parceladamente após a execução/entrega do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

²⁵ Art. 71, § 2º Lei 8.666/93. (...) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do [art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

²⁶ Súmula nº 331 do TST - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

²⁷ TCU: Acórdão nº 1.009/2011-Plenário. Acórdão nº 947/2010-Plenário. Acórdão nº 3.961/2010-1ª Câmara. Acórdão nº 4.248/2011-1ª Câmara.

²⁸ ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. ESTADO. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS ENCARGOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 71, §1º, DA LEI N. 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. RETENÇÃO DE VERBAS DEVIDAS PELO PARTICULAR. LEGITIMIDADE. (REsp 1241862/RS, Rel. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011)



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

- I. A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no **Pregão nº 003/2018**, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto á obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o Art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- II. O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

- I. Fica eleito o foro da Comarca de Formiga/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, perante as duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Córrego Fundo/MG, de de 2018.

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77

..... – **PREFEITO (A)**

CONTRATANTE

.....
CNPJ:

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____

CPF:

2 - _____

CPF:



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO XIII

RELAÇÃO ATUAL DE VEÍCULOS/MÁQUINAS FROTA MUNICIPAL

GABINETE

VEICULO	PLACA	ANO	ESPECIE
MOTO HONDA	HBO 7367	2005	
CRUZER	OXD 4799	2014	5 LUGARES
ONIBUS VW COMIL	GXM 7179	2000	46 LUGARES
GOL	HLF 3847		05 LUGARES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VEICULO	PLACA	ANO	ESPECIE
GOL	HLF 3846	2010/2011	5 LUGARES
SPRINTER	HLF 4951	2010/2011	16 LUGARES
MICROONIBUS VOLARE	HMN 8163	2007/2008	32 LUGARES
MICROONIBUS VOLARE	HMN6198	2006/2007	25 LUGARES
MICROONIBUS IVECO	HLF 8223	2012	29 LUGARES
MICROONIBUS IVECO	OPC9269	2012	21 LUGARES
MICROONIBUS VOLARE	OPL0240	2012	26 LUGARES
ONIBUS VW	HLF 0871	2009	44 LUGARES
KOMBI	HMN 9754	2008/2009	15 LUGARES
MICROONIBUS VW	QND 2015	2016/2017	22 LUGARES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

VEICULO	PLACA	ANO	ESPECIE
UNO	HNH 2444	2008	5 LUGARES
MOTO HONDA	HFQ 7728	2008	2 LUGARES
MOTO HONDA	HFQ 7729	2008	2 LUGARES
FIONINO	HLF 9593	2012	AMBULANCIA
S AVEIRO	HLF 4305	2010/2011	AMBULANCIA
UNO	HLF 9878	2012/2013	5 LUGARES
CITROEN	HLF 9677	2012	16 LUGARES
PALIO	OPC 9274	2012	5 LUGARES
SANDEIRO	OQM8264	2013	5 LUGARES
SANDEIRO	ORC 9562	2014	5 LUGARES
DUCATO	PUG 6581	2014 2014	16 LUGARES
DOBLO	HLF 6393	2011 2012	7 LUGARES
CITROEN JUMPER	PUY 2471	2014-2014	16 LUGARES
GOL	PZU1348	2017/2017	05 LUGARES



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

VEICULO	PLACA	ANO	ESPECIE
ARECROSS	PZU 1343	2016/2017	05 LUGARES
PALIO	PUE 3282	2014/2014	5 LUGARES
UNO	HLF 7136	2011	5 LUGARES
PALIO	PVX 6164	2015/2015	5 LUGARES
CITRON	PVW 2997	2014/2015	16 LUGARES

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E REGULARIZAÇÃO URBANA

VEICULO	PLACA	ANO	ESPECIE
CAMINHÃO 1318	GMS 4223	1978/1988	CAMINHÃO TANQUE
STRADA	HLF 9247	2012	CAMINHONETE
PATROL NEW HOLLAND RG 140-B	-	2006	0001-
RETRO ESCAVADEIRA CASE 580 L	-	2005	0002-
TRATOR MASSEY FERGUSON 275	-	-	-
CAMINHÃO 1719 MB	OPM 0166	2013	CARGA
CAMINHÃO 1719 MB	OPM 0078	2013	CARGA
CAMINHÃO 23 280 VW	OWR 4284	2014	CARGA
RETRO ESCAVADEIRA RANDON	-	2014	-0003
PATROL CARTEPILAR		2014	0002
PA CARREGADEIRA W 130 NEW HOLLAND		2013	0005
KOMBI	HLF 1033	2009	12 LUGARES
PALIO	PZY 3189	2017/2017	05 LUGARES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

GOL	HMN 2598	2005	5 LUGARES
GOL	PZP 4708	2017/2017	05 LUGARES